ISSN 1807-2429

REVISTA DA EXTENSÃO RURAL
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



EM DESTAQUE:

EXTENSÃO RURAL E FEIRAS COMERCIAIS:
O CASO DA FEIRA LIVRE COMUNITÁRIA DE DOM PEDRITO

Página 34

EMATER/RS ASCAR

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FEVEREIRO DE 2026

© 2026 Emater/RS-Ascar

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Emater/RS-Ascar

Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. – v. 4, n. 1, Jan./Jun. 2026- . – Porto Alegre : Emater/RS-Ascar, 2025- .
43 p. : il. color.

ISSN 1807-2429

1. Extensão rural. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Emater/RS-Ascar. 4. Rio Grande do Sul.

CDU 63.0001.8(816.5)

Catalogação elaborada por: Cleusa Alves da Rocha, CRB 10/2127.

Todos os direitos desta publicação reservados à Emater/RS-Ascar
Rua Botafogo, 1051
90150-053 – Porto Alegre – RS – Brasil

(51) 2125-3000
www.emater.tche.br
/EmaterRS
Ematerrs

EMATER/RS ASCAR

REVISTA DA **EXTENSÃO RURAL**

FEVEREIRO 2026

EXTENSÃO RURAL E FEIRAS COMERCIAIS:

O CASO DA FEIRA LIVRE COMUNITÁRIA DE DOM PEDRITO

EXPEDIENTE

REVISTA DA EXTENSÃO RURAL
Publicação institucional da Emater/RS-Ascar

PRESIDENTE
Luciano Schwerz

DIRETOR TÉCNICO
Claudinei Baldissera

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Alexandre Bruno Arrais Durans

COLABORAÇÃO
Gerência de Comunicação, Gerência Técnica, Gerência de Classificação e Certificação, Assessoria de Assistência Social, Escritórios Regionais e Municipais.

FOTO DA CAPA
Créditos: Tiago Bald

SUMÁRIO

5. Presença que transforma: a extensão rural como força estratégica do campo gaúcho.
6. Eficiência, modernização e pessoas: o papel estratégico da diretoria administrativa
7. Juventude Rural: proteção social e articulação Intersetorial para a sutentabilidade do campo gaúcho
8. Irrigação, solo vivo e futuro no campo
9. Irrigação: Segurança, desenvolvimento e futuro do agro
10. Mais perto das famílias, Mais forte o campo
12. É no solo que começa a reconstrução da agricultura famíliar
15. Sobre esta edição
16. Manejo Sustentável, Baixo Carbono, Regenerativo? A resiliência climática à luz da ciência de pastagens
19. A Extensão como escuta dialógica visando à eficiência das políticas públicas
20. Sem extensão rural não há desenvolvimento rural
21. Cereais de inverno para proteína animal num agro de oportunidades
23. Azospirillum brasiliense: bioinsumo aliado na produção de milho silagem
25. Alternativa viável para a melhoria da estruturação dos solos, redução da erosão e aumento da produtividade
27. Operação Terra Forte: oportunidades para a ATERS diante das transformações estruturais da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul
29. Assistência Social Rural no Rio Grande do Sul: proteção social e garantia de direitos no campo
31. ATERS - Uma política pública transformando o território rural gaúcho
32. Pecuária de base ecológica no Bioma Pampa: a experiência da Agropecuária Pastoreio
33. Programa GPS Rural no município de Cerro Largo
35. Terraceamento agrícola fortalece a conservação do solo e da água no Noroeste gaúcho
36. Extensão Rural e Feiras Comerciais: o caso da Feira Livre Comunitária de Dom Pedrito
40. Enfrentamento da pobreza rural por meio da agroindústria familiar
42. Eventos
43. Feiras

PRESENÇA QUE TRANSFORMA: A EXTENSÃO RURAL COMO FORÇA ESTRATÉGICA DO CAMPO GAÚCHO

Luciano Schwerz
Presidente da Emater/ RS e Superintendente Geral da Ascar



A agropecuária gaúcha vive um tempo não só de provações, mas também de reafirmação de sua força. Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul enfrentou estiagens históricas, enchentes devastadoras e intensas oscilações climáticas, que desafiaram não tanto a capacidade produtiva quanto a resiliência emocional das famílias rurais. A instabilidade dos preços agrícolas, o aumento expressivo dos custos de produção e as incertezas de mercado comprimiram margens e colocaram em risco projetos construídos ao longo de gerações. Soma-se a isso o desafio permanente da sucessão familiar: como manter os jovens no campo, com renda, dignidade e perspectivas concretas de futuro?

É diante dessa realidade que conduzimos nossa gestão na Emater-RS/Ascar, fortalecendo o papel da extensão rural como instrumento estratégico das políticas públicas do Estado. Mais do que assistência técnica, assumimos a missão de estar ao lado das famílias nos momentos mais difíceis, levando orientação qualificada, planejamento e esperança, cumprindo com responsabilidade nosso compromisso social.

Reforçamos a presença dos extensionistas no campo, ampliando o atendimento direto nas propriedades e priorizando as regiões mais impactadas pelos eventos climáticos extremos. Renovamos a frota para garantir mobilidade e agilidade às equipes, e investimos na modernização de equipamentos e infraestrutura para assegurar melhores condições de trabalho aos profissionais que fazem a extensão acontecer todos os dias.

Alinhados às diretrizes do Governo do Estado, atuamos na operacionalização de programas estruturantes voltados à recuperação produtiva, à ampliação da irrigação, à conservação do solo, ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção da segurança alimentar. A extensão rural é a ponte entre as políticas públicas e o agricultor, traduzindo diretrizes em ações práticas e transformando projetos em resultados concretos no campo.

Também avançamos na transformação digital, e implantamos novas ferramentas de gestão, monitoramento e registro de atividades. A tecnologia passou a apoiar diagnósticos mais precisos, o planejamento de safras, o controle de custos e a avaliação de desempenho, contribuindo para uma agricultura mais eficiente, competitiva e sustentável. Da porteira para dentro, o foco permanece na redução de riscos, na diversificação produtiva e na geração de renda com qualidade de vida.

A extensão rural é presença, escuta e compromisso. Em tempos de incerteza, reafirmamos nosso propósito: com mais estrutura, mais tecnologia e mais extensionistas no campo, fortalecemos a agropecuária gaúcha para que continue sendo motor econômico e símbolo de resiliência. Porque cuidar do campo é cuidar do Rio Grande do Sul.

Seguiremos firmes e determinados, preservando nossa história de 70 anos e construindo, com responsabilidade e inovação, o futuro da extensão rural gaúcha.

EFICIÊNCIA, MODERNIZAÇÃO E PESSOAS: O PAPEL ESTRATÉGICO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Alexandre Bruno Arrais Durans
Diretor Administrativo da Emater/RS e Superintendente Administrativo da Ascar



Equipe da diretoria administrativa

A Diretoria Administrativa da Emater/RS-Ascar desempenha papel estratégico no fortalecimento da extensão rural e do desenvolvimento sustentável, ao assegurar as condições institucionais, operacionais e humanas necessárias para que a atividade-fim alcance, com qualidade e eficiência, os agricultores e agricultoras do Rio Grande do Sul.

Estruturada nas gerências de Finanças (GFI), de Tecnologia da Informação (GTI), de Administração Patrimonial (GAP) e de Recursos Humanos (GRH), a Diretoria atua de forma integrada, promovendo a modernização da gestão, a inovação nos processos, a sustentabilidade financeira e a valorização das pessoas. Essas áreas são fundamentais para transformar o planejamento em resultados concretos e oferecer suporte qualificado às ações técnicas e extensionistas.

A Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável consolida-se como um relevante instrumento de comunicação institucional, ao possibilitar a divulgação de diretrizes, resultados e reflexões estratégicas, fortalecendo o diálogo com parceiros, lideranças e a sociedade.

Assim tem sido conduzida a gestão, o que possibilitou que se focasse energia em ações estruturantes, que resultaram em avanços significativos na condução dos passivos judiciais, possibilitando a realização de leilões de veículos anteriormente penhorados. A eficiência na gestão contribuiu para a racionalização do patrimônio, para o fortalecimento do equilíbrio institucional e para a melhor alocação dos recursos.

A partir dessa base, foi possível executar projetos alinhados à inovação, garantindo maior acessibilidade, transparência e agilidade aos processos. Para o ano de 2026, foram definidas prioridades estratégicas com foco na consolidação desses projetos estruturantes. Na GFI será ampliada a implantação da Carteira Digital e da Prestação de Contas Digital; na GTI e na GAP avançará o desenvolvimento de solução interna para a gestão dos Ativos Imobilizados, e na GRH será implantado o Portal do Empregado, fortalecendo a comunicação interna e a valorização do quadro funcional.

Com planejamento, integração e foco em resultados, a Diretoria Administrativa seguirá contribuindo para uma Emater/RS-Ascar cada vez mais moderna, eficiente, sustentável e inovadora, conectada às novas gerações e às aspirações da juventude do meio rural.

JUVENTUDE RURAL: PROTEÇÃO SOCIAL E ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL PARA A SUTENTABILIDADE DO CAMPO GAÚCHO

Claudinei Moisés Baldissera
Diretor Técnico da Emater/RS e Superintendente Técnico da Ascar



Olhar com atenção para a juventude rural no assessoramento às famílias agricultoras, na perspectiva da proteção social e da garantia de direitos, é uma estratégia essencial para promover a sucessão geracional no campo, a inovação produtiva e a sustentabilidade social, econômica e ambiental da agricultura no Rio Grande do Sul. Mais do que um estímulo à produção agrícola, ao reconhecer os jovens como protagonistas do desenvolvimento rural, a Emater/RS-Ascar fortalece vínculos familiares e as relações comunitárias, estimula a permanência qualificada no meio rural e amplia a capacidade de adaptação das propriedades aos desafios contemporâneos, reduzindo situações de vulnerabilidade social e respeitando o modo de vida de cada família.

O Estado dispõe de um conjunto relevante de políticas públicas voltadas à juventude rural, muitas conduzidas especialmente pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI) e executadas pela Emater/RS-Ascar. Essas políticas contribuem para a segurança de renda, o acesso à capacitação, ao crédito rural assistido e à assistência técnica e extensão rural e social, além de incentivar o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo, a diversificação produtiva de alimentos e a agregação de valor, criando condições para que os jovens vejam no campo um espaço de oportunidades e futuro.

Nesse contexto, a atuação da Instituição, por mais de sete décadas de experiência, é decisiva ao integrar tais políticas públicas de forma intersetorial, articulando o assessoramento agropecuário e social prestado às famílias, com métodos e metodologias específicas, linguagem adequada e foco na inclusão social e produtiva da juventude rural.

Em 2025, a Emater/RS-Ascar assessorou mais de 29 mil jovens rurais em todos os municípios gaúchos, alcançando o maior número da sua história. Esse resultado expressivo é fruto de um trabalho continuado, planejado e permanente com definição de estratégias institucionais claras e do comprometimento das equipes técnicas de extensionistas com a pauta da juventude rural.

Investir na juventude rural é investir na continuidade da agricultura familiar, na proteção social das famílias do meio rural, na segurança alimentar e de renda, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado. Ao evidenciar esse público como sujeito de direitos, a Emater/RS-Ascar reafirma seu papel estratégico na redução das vulnerabilidades sociais, na construção de um rural mais dinâmico, inovador, inclusivo e com pessoas no campo.

IRRIGAÇÃO, SOLO VIVO E FUTURO NO CAMPO

Gustavo Paim
Secretário de Desenvolvimento Rural



Rafael Vargas - Ascom Casa Civil

Assumo a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul com a responsabilidade de quem conhece o campo não apenas da gestão pública, mas da prática diária. Sou produtor de leite desde a década de 1980, em Campestre da Serra, e essa vivência molda minha visão sobre políticas públicas: elas precisam chegar à propriedade, fortalecer a renda e garantir condições dignas de trabalho às famílias rurais.

Nos últimos anos, nossa produção foi duramente testada por quatro estiagens que provocaram quebras de safra, insegurança econômica e aumento de custos para agricultores e agricultoras. Em 2024, enfrentamos ainda uma enxurrada histórica, que arrastou solo e retirou nutrientes essenciais de áreas produtivas. Esses eventos reforçam que água e solo são ativos estratégicos e que precisamos agir com planejamento e ciência.

É nesse contexto que a irrigação se consolida como ferramenta de segurança hídrica e estabilidade produtiva. Não se trata apenas de levar água às lavouras, mas de estruturar sistemas eficientes, tecnificados e ambientalmente responsáveis, capazes de reduzir riscos climáticos e ampliar a produtividade, especialmente na agricultura familiar.

Destaco, nesse processo, o papel do Programa Operação Terra Forte, fundamental para recuperar solos degradados e devolver vitalidade às áreas atingidas pelas chuvas. Com práticas como plantio direto, rotação de culturas, terraceamento e descompactação do solo, aliado à assistência técnica da Emater/RS-Ascar, o programa tem promovido maior resiliência climática e uma agricultura de menor emissão de carbono.

Seguiremos fortalecendo iniciativas estruturantes, como o Milho 100%, que qualifica o manejo e amplia a renda no meio rural, ao mesmo tempo em que avançamos em novas políticas voltadas ao bem-estar no campo e à sucessão rural. Nosso compromisso é realizar as entregas que a sociedade e os agricultores gaúchos merecem.

IRRIGAÇÃO: SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E FUTURO DO AGRO

Edivilson Brum
Secretário da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação

A produção agropecuária do Rio Grande do Sul sempre esteve associada à capacidade de trabalho do produtor rural e à força do nosso território. Porém, nos últimos anos, tornou-se cada vez mais evidente que o futuro do campo gaúcho passa, necessariamente, pela ampliação da área irrigada como política estratégica de desenvolvimento.

A irrigação não é apenas uma ferramenta produtiva. Ela representa segurança. Segurança para quem produz, para quem investe e para quem depende da regularidade da oferta de alimentos. Em um cenário de eventos climáticos mais frequentes e intensos, garantir água disponível no momento certo significa reduzir perdas, estabilizar a renda no campo e preservar empregos em toda a cadeia produtiva.

Do ponto de vista econômico, a irrigação potencializa a produtividade, permite o planejamento de safras, estimula a diversificação e fortalece a competitividade do Rio Grande do Sul. Municípios com sistemas irrigados mais estruturados apresentam maior resiliência diante das estiagens e mantêm sua atividade econômica mesmo em períodos adversos.

Há também um impacto social direto. A irrigação contribui para a permanência das famílias no meio rural, reduz a vulnerabilidade dos pequenos e médios produtores e promove desenvolvimento regional de forma equilibrada. Trata-se de uma política pública que conecta produção, renda, segurança alimentar e qualidade de vida.

Avançar na irrigação exige planejamento, responsabilidade ambiental e ação integrada entre Estado, produtores e instituições. Esse é um compromisso permanente da Secretaria da Agricultura do Estado: tratar a irrigação como investimento estratégico, com visão de longo prazo, foco técnico e responsabilidade pública.

Garantir água é garantir futuro. Para o campo, para a economia e para toda a sociedade gaúcha.

SEAPI

A EXPANSÃO DA IRRIGAÇÃO NO RS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRO

A irrigação tem se consolidado como uma das principais estratégias para garantir a produtividade e a segurança das lavouras diante dos efeitos cada vez mais frequentes das estiagens no Rio Grande do Sul. Ao assegurar o fornecimento regular de água, o sistema reduz perdas, aumenta a estabilidade da produção e contribui diretamente para a renda do produtor rural e para o abastecimento de alimentos.



Jurgen Mayhofer- Secom

Além de mitigar os impactos climáticos, a irrigação permite maior eficiência no uso do solo, viabiliza o planejamento das safras e amplia o potencial produtivo das propriedades, especialmente em culturas sensíveis à irregularidade das chuvas.

Visando esse intuito, um dos projetos estratégicos da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI) é o Programa Irriga+RS, que tem o objetivo de ampliar a área irrigada produtiva do Rio Grande do Sul. Para isso, o governo do Estado oferece subvenção direta ao produtor rural como forma de auxílio financeiro para a implantação de sistemas de irrigação em sua propriedade.

Nas duas primeiras fases do programa, foram recebidos 1.406 projetos, que juntos representam a ampliação de mais de 26 mil hectares irrigados em diferentes regiões do Estado. Em apoio financeiro aos produtores, o governo do Estado deve aportar aproximadamente R$ 66 milhões, viabilizando investimentos privados na ordem de R$ 500 milhões.

"O volume de propostas apresentadas evidencia o interesse dos produtores e a relevância da política pública para o setor. Ao estimular a irrigação, o Estado contribui para a resiliência da produção agropecuária, assegurando produtividade, competitividade e maior previsibilidade ao campo", afirma o secretário da Agricultura, Edivilson Brum.

MAIS PERTO DAS FAMÍLIAS, MAIS FORTE NO CAMPO

Por Mateus de Oliveira e Taline Schneider - Emater/RS-Ascar



Estar presente nas propriedades rurais das famílias de agricultores é uma das características mais marcantes do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (Aters) executado pela Emater/RS-Ascar no Rio Grande do Sul. Para fortalecer este trabalho "da porteira para dentro", facilitando os deslocamentos dos extensionistas rurais que já estão executando as ações do Programa Operação Terra Forte, o Governo do Estado fez a entrega de 174 veículos zero quilômetro à Instituição em duas solenidades, realizadas nos meses de dezembro e janeiro.

Na primeira delas, realizada em 22 de dezembro, no Escritório Central da Emater/RS-Ascar, em Porto Alegre, o governador Eduardo Leite entregou 121 carros destinados à Operação Terra Forte, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). O ato marcou o início da execução dos eixos 1 e 2 do Programa, voltado à recuperação socioprodutiva, ao fortalecimento da resiliência climática e ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Participaram também o então secretário da SDR, Vilson Covatti, e o presidente da Emater/RS, Luciano Schwerz.

Os veículos reforçam a estrutura operacional da Emater/RS-Ascar e qualificam o atendimento direto aos agricultores familiares em todas as regiões do Estado, apoiando especialmente as ações do Eixo 2, que contempla a oferta de Aters.

O Eixo 1 prevê a seleção de agricultores familiares para recebimento de auxílio financeiro destinado à recuperação de áreas produtivas, adoção de práticas de resiliência climática e recomposição ambiental e social das propriedades. Já o Eixo 2 inclui diagnósticos socioprodutivos, elaboração e execução de planos de recuperação e difusão de tecnologias adequadas à agricultura familiar.

Leite destacou que 2026 será o ano de implementação efetiva do Programa, com potencial de expansão a partir do exemplo das propriedades

contempladas, especialmente na aplicação de técnicas adequadas de manejo do solo, capazes de ampliar a proteção, a resiliência produtiva e a produtividade.

Na mesma cerimônia, cinco agricultores receberam os primeiros Cartões Cidadão, com auxílio de até R$ 30 mil, em parcela única, conforme plano individual elaborado pelos extensionistas, para ações de recuperação produtiva e fortalecimento da resiliência.

Também foram entregues 535 aparelhos de telefonia móvel às equipes, contribuindo para agilizar o atendimento, registrar informações técnicas, monitorar atividades de campo e integrar dados do Programa.

Ao apresentar o balanço das ações da SDR em 2025, Covatti enfatizou o compromisso do governo com a agricultura familiar, ressaltando que os recursos e instrumentos entregues possibilitam a recuperação das propriedades prejudicadas e a ampliação da capacidade produtiva. As ações de Aters poderão alcançar até 150 mil propriedades no RS, assegurando suporte técnico contínuo, especialmente às afetadas por eventos meteorológicos adversos.

Schwerz chamou atenção para a construção coletiva da proposta, desenvolvida de forma integrada com a equipe técnica da SDR, instituições de pesquisa, universidades, Embrapa e cooperativas. Segundo ele, a estruturação das etapas, baseada em metodologias extensionistas, permite aos produtores compreender processos e desenvolver sistemas mais sustentáveis.

CONTINUIDADE COM MAIS 53 VEÍCULOS



Dando sequência à Operação Terra Forte, outros 53 veículos foram entregues em 2 de fevereiro, também no Escritório Central da Emater/RS-Ascar, qualificando o atendimento nos municípios e ampliando a presença técnica junto às famílias agricultoras.

Para Schwerz, os veículos simbolizam a presença da Aters nas propriedades e o Terra Forte representa uma "virada de chave" rumo a uma agricultura mais resiliente, nascida da necessidade de compreender o que estava acontecendo no campo, especialmente após eventos extremos, com foco no manejo do solo, na conservação da água, na construção da fertilidade, na vida biológica e na organização das propriedades.

O secretário adjunto da Seapi, Márcio Madalena, ressaltou o papel histórico da Emater/RS-Ascar na consolidação da agricultura familiar, por meio da atuação direta dos técnicos e da agregação de valor aos produtos, avaliando que o Terra Forte tende a se tornar um programa marcante na trajetória dos extensionistas.

Ao encerrar, Covatti destacou a articulação entre gestores públicos, afirmando que a Emater/RS-Ascar é o braço técnico do Estado para levar as políticas públicas a quem precisa, destacando que a agricultura familiar é responsável por movimentar a economia dos municípios e do Rio Grande do Sul.

É NO SOLO QUE COMEÇA A RECONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Mateus de Oliveira - Emater/RS-Ascar



Leonara e Rafael Langbecker acompanham a análise do solo, base das ações do Terra Forte para fortalecer a produção e a resiliência climática.

Criada em um contexto de sucessivos eventos climáticos extremos que têm impactado fortemente a agropecuária gaúcha, a Operação Terra Forte surge como uma resposta estruturante do Estado para aumentar a resiliência produtiva da agricultura familiar. O programa, coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR) e executado pela Emater/RS-Ascar, combina assistência técnica, repasse direto de recursos, patrulha agrícola mecanizada e parcerias institucionais, com foco central na recuperação e qualificação dos solos.

Segundo o coordenador do programa na Emater/RS-Ascar, engenheiro agrônomo Ronaldo Carbonari, a agricultura familiar representa mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul, ocupa cerca de um quarto da área total cultivada e responde por aproximadamente 70% da mão de obra do setor. Além de abastecer o mercado local e regional, esse segmento tem papel relevante nas exportações do Estado. Assim como é crucial na formação econômica dos municípios gaúchos, sendo a principal fonte de geração de valor adicionado em mais de 170 deles, enquanto em mais de 300 representa percen-170 deles, enquanto em mais de 300 representa percentual superior a 30% da economia local. tual superior a 30% da economia local.Nos últimos anos, no entanto, a instabilidade climática, com estiagens recorrentes e mais recentemente as enchentes, tem comprometido a produção agropecuária. Dados históricos apontam que, desde 1991, cerca de 97% dos prejuízos registrados no Estado ocorreram no setor agrícola e pecuário. Diante desse cenário, o Terra Forte foi concebido com o propósito de enfrentar os efeitos do clima sobre a produção, tendo o solo como elemento central da estratégia técnica.

LINHAS TECNOLÓGICAS ORGANIZAM AS AÇÕES DO PROGRAMA

No eixo da assistência técnica, as ações do Terra Forte são organizadas em 12 linhas tecnológicas, que estruturam os Planos Individuais de Ações Integradas (PIAIs) elaborados para cada propriedade beneficiada. De acordo com Carbonari, essas linhas não funcionam de forma isolada, mas agrupam práticas e técnicas alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável e às diretrizes do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC+ RS), integrando dimensões produtivas, ambientais e sociais.

As linhas tecnológicas contemplam ações voltadas à melhoria das propriedades químicas, físicas e biológicas do solo, como calagem, adubação, uso de bioinsumos, plantas de cobertura, descompactação, controle da erosão e conservação da água. Essas práticas são complementadas por intervenções específicas conforme o objetivo de cada linha, como recuperação ou renovação de pastagens, implantação de sistemas integrados, plantio direto, sistemas irrigados e recuperação ambiental. O resultado esperado é maior produtividade, estabilidade da produção e redução da vulnerabilidade frente às oscilações climáticas.

DIAGNÓSTICO E PIAI ORIENTAM A APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Cada família beneficiária pode acessar até R$ 30 mil, valor cuja aplicação é definida a partir de um diagnóstico técnico detalhado da propriedade. Esse levantamento identifica potencialidades, limitações e prioridades, servindo de base para a construção do Plano Individual de Ações Integradas. Segundo Carbonari, o diagnóstico e o PIAI são fundamentais para garantir que o recurso seja investido em ações com maior retorno social, ambiental e produtivo, sempre com acompanhamento e validação dos extensionistas nos municípios.



Coleta de solo em propriedade piloto da Operação Terra Forte orienta o diagnóstico técnico e o planejamento das ações do programa.

Além dos resultados diretos nas propriedades, o programa prevê indicadores de acompanhamento nas áreas produtiva, social e ambiental, como áreas recuperadas, adoção de práticas conservacionistas, tratamento de resíduos, recuperação de áreas de preservação e ampliação do acesso a alimentos, saneamento e conectividade. A expectativa é que as tecnologias adotadas permaneçam nas propriedades mesmo após o encerramento do programa, além de serem difundidas para outros produtores por meio de ações técnicas e propriedades de referência.

PROPRIEDADE PILOTO EXEMPLIFICA A APLICAÇÃO PRÁTICA DAS TECNOLOGIAS

No município de Paraíso do Sul, uma das propriedades piloto da Operação Terra Forte pertence à família de Leonara e Rafael Langbecker. Com 24 hectares, a unidade produtiva desenvolve pecuária de corte, cultivo de milho e produção de alimentos para autoconsumo.

De acordo com os extensionistas rurais Cássio Milbradt e Diego Katzer, a escolha da propriedade se deu por seu caráter representativo da realidade local, tanto em termos de dimensão quanto de matriz pro dutiva. Além disso, a família apresenta perfil de liderança e abertura para a difusão de tecnologias, fator considerado estratégico para o efeito demonstrativo do projeto piloto.

O diagnóstico técnico identificou gargalos relacionados à degradação do solo, como compactação, acidez e baixa fertilidade, além de falhas no manejo de lavouras e pastagens, o que aumentava a vulnerabilidade da propriedade a adversidades climáticas. Também foram apontadas necessidades de restauração de áreas de preservação permanente e oportunidades de melhor aproveitamento de áreas com floresta cultivada.

RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS É FOCO DAS AÇÕES

A partir do diagnóstico, o PIAI da família foi construído em conjunto com os extensionistas e enquadrado, principalmente, na linha tecnológica de recuperação de pastagens degradadas, considerada estratégica por se tratar da principal fonte de renda da propriedade. O plano prevê correção da acidez e fertilidade do solo, implantação de materiais forrageiros recomendados e piqueteamento, visando melhorar o aproveitamento das pastagens e aumentar a produção animal.

Para Leonara Langbecker, os eventos climáticos recentes intensificaram a importância de buscar apoio técnico e estrutural. A agricultora destaca a expectativa de obter pastagens mais resistentes à seca, solo mais produtivo e áreas de mata ciliar protegidas, garantindo sombra e água para os animais. Mesmo antes da implantação das ações, a família já consegue visualizar os resultados futuros a partir das tecnologias propostas.

A expectativa é de que a melhoria das pastagens resulte em aumento da produção, da renda e na redução da penosidade do trabalho, contribuindo também para maior segurança produtiva frente às mudanças climáticas. Para os extensionistas, o projeto piloto também representa um aprendizado metodológico, permitindo ajustar procedimentos que serão aplicados posteriormente em maior escala.

"Primeiro, nem acreditamos. Quando confirmaram, ficamos muito felizes. Vamos aproveitar essa oportunidade e investir o que for possível", afirmou Leonara. Para Rafael Langbecker, o diagnóstico do solo é essencial: "O solo é o começo de tudo. Precisamos saber o que falta para melhorar a fertilidade e garantir uma boa produção".

TECNOLOGIA COMO BASE PARA A SUSTENTABILIDADE

Ao apostar na recuperação e conservação do solo como eixo estruturante, a Operação Terra Forte busca promover uma mudança de mentalidade na agricultura familiar gaúcha. A proposta é reforçar a compreensão de que o solo é a base dos sistemas produtivos e que sua qualificação é essencial para garantir produtividade, sustentabilidade e permanência das famílias no campo, em um cenário cada vez mais desafiador do ponto de vista climático.



SOBRE ESTA EDIÇÃO

Vanessa Moletta Pazza
Gerente Adjunta de Captação de Recursos, Coordenadora do Comitê Editorial da Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável



A segunda edição da Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável dá continuidade à retomada desta publicação institucional, que foi iniciada com o lançamento da primeira edição na Arena da Extensão, durante a Expointer de 2025.

Esta revista se reafirma como um espaço de reflexão, produção e difusão do conhecimento, fortalecendo a comunicação institucional e a valorização do trabalho extensionista.

Dar seguimento a esta iniciativa representa não apenas a continuidade de um projeto editorial, mas o amadurecimento de um processo que reconhece a Extensão Rural e Social como política pública estratégica para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Esta edição contou com um Comitê Editorial ativo, responsável pela organização dos fluxos, pela curadoria dos conteúdos e pelo acompanhamento de cada etapa do processo. Todos os textos publicados passaram por revisão técnica realizada pelos responsáveis pelas diversas áreas de atuação da Emater/RS-Ascar, assegurando coerência conceitual, precisão das informações e alinhamento com as diretrizes institucionais e com as políticas públicas executadas pela Instituição.

A revista é, sobretudo, resultado do trabalho de muitas mãos. Além da dedicação dos colegas extensionistas da Emater/RS-Ascar, esta edição contou com importantes contribuições de convidados externos, que enriqueceram o debate e fortaleceram o diálogo entre a Extensão, a pesquisa, o ensino e outras instituições parceiras. Registramos nosso agradecimento à revisão ortográfica e editorial, realizada com rigor e sensibilidade, ao apoio da Biblioteca na organização e validação dos elementos técnicos, e à Gerência de Comunicação, responsável pela diagramação e pelo cuidado estético, que confere unidade ao material publicado.

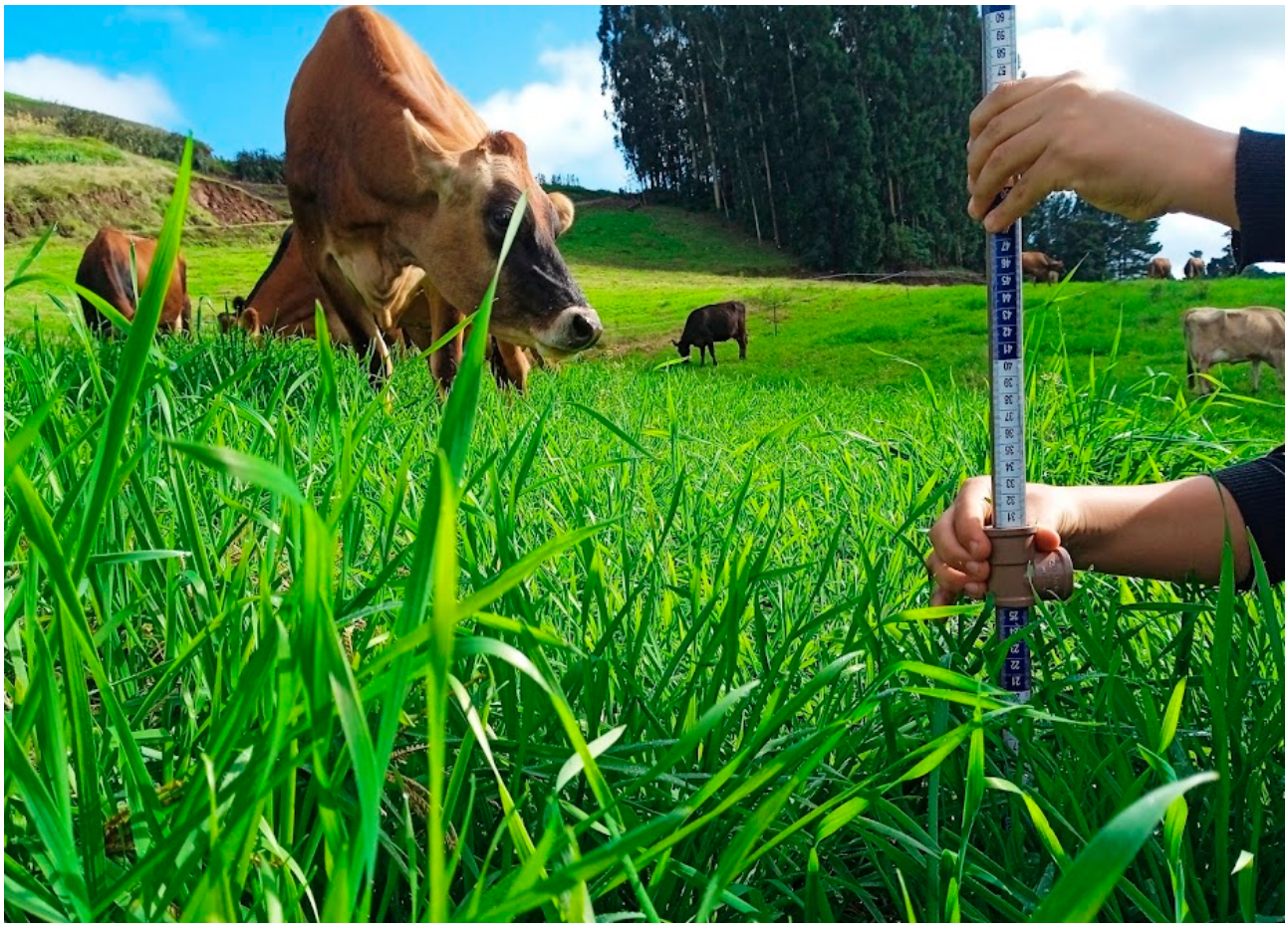
Quando fui procurada pelo Presidente Luciano Schwerz para conduzir a retomada desta revista, compreendi o convite como uma iniciativa necessária, orientada pelo propósito de abrir espaço de voz e vez para que nossos colegas extensionistas pudessem escrever, refletir e compartilhar suas experiências e produções. Agradeço, de forma especial, a confiança depositada em mim para conduzir o Comitê Editorial por meio do Gabinete da Presidência, e saliento que o Comitê Editorial acreditou neste material desde o início e trabalhou de forma conjunta.

Esse trabalho só é possível porque a Emater/RS-Ascar é feita de pessoas que acreditam no que fazem. Aqui, o crachá não é apenas um identificador institucional, ele representa pertencimento, compromisso e responsabilidade. Vestimos a camiseta da Extensão porque acreditamos na diferença concreta que fazemos na vida das pessoas, da porteira para dentro, todos os dias.

Esperamos que esta revista chegue às casas das famílias atendidas, circule entre parceiros e instituições e contribua para que mais pessoas conheçam a Emater/RS-Ascar, uma Instituição que, há mais de 70 anos, constrói desenvolvimento rural com base no diálogo, no conhecimento técnico e na presença constante nos territórios.

Somos 1.771 colegas, somos 1.771 pontos de contato com a sociedade. Estamos presentes em 497 municípios, comprometidos em ser fator de soma na vida do maior número possível de famílias que tivermos a honra e a oportunidade de encontrar.

CADERNO TÉCNICO



MANEJO SUSTENTÁVEL, BAIXO CARBONO, REGENERATIVO? A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA À LUZ DA CIÊNCIA DE PASTAGENS

Leandro Correia Ebert
Paulo Cesar de Faccio Carvalho
Pedro Arthur de Albuquerque Nunes

O debate sobre manejo de pastagens tem sido fortemente pautado por rótulos. Denominações tais como manejo sustentável, baixo carbono ou regenerativo têm sido, com frequência, associadas à adoção de métodos específicos de pastoreio, geralmente relacionados ao número de piquetes, à densidade animal instantânea ou ao arranjo espacial das áreas. O objetivo, claro, é demonstrar aderência a pautas "da moda", como a ambiental. Embora essas abordagens compartilhem o aumento da resiliência climática como finalidade, a ciência do manejo de pastagens é bem mais complexa e multifatorial.

Mais do que o método de pastoreio, o desempenho produtivo e ambiental dos sistemas a pasto é determinado pelos processos ecológicos que estão na raiz da produção vegetal e animal. Estudos clássicos (Briske, 2008) e alguns recentes (Castillo; Wallau, 2023; Rouquette et al., 2023) indicam que o método de

pastoreio exerce papel secundário no desempenho dos sistemas baseados em pastagens, funcionando principalmente como estratégias operacionais.

Quando metas de manejo são bem estabelecidas e efetivamente controladas, diferentes métodos podem apresentar respostas produtivas e ambientais semelhantes.

Castillo e Wallau (2023) destacam que o método de pastoreio e a terminologia associada a ele têm ocupado espaço desproporcional em programas de educação e assistência técnica, apesar de a literatura indicar que é a intensidade de pastejo o principal determinante das respostas do solo, das plantas e dos animais. De forma complementar, Rouquette, Sollenberger e Vendramini (2023) demonstram que esse apego a rótulos está fortemente associado a percepções visuais e relatos de caso, como base de validação técnica, em detrimento de evidências experimentais consistentes.

Intensidade de pastejo refere-se ao ajuste da carga animal para uma determinada meta de manejo da oferta de forragem ou, de forma mais prática, altura de pasto. Abordagens mais antigas de manejo de pastagens baseavam-se em rotinas fixas como períodos pré-determinados de descanso. No entanto, trabalhos conduzidos no Brasil demonstraram as limitações desse enfoque e consolidaram a adoção de critérios baseados na resposta à estrutura do pasto. Carneiro da Silva e Nascimento Jr. (2007) indicaram metas guiadas por respostas morfofisiológicas das plantas, e estudos sobre a interface planta-animal exploraram a estrutura do pasto, favorecendo o processo de ingestão e o desempenho animal (Carvalho et al., 2009).

Quando incluímos o tema ambiental ao da produção primária, as evidências também indicam que a contribuição para a resiliência climática esteja associada ao ajuste adequado da intensidade de pastejo, e não à adoção de um método específico. Experimentos de longa duração no Brasil mostram que intensidades de pastejo moderadas mantêm os estoques de carbono e nitrogênio do solo e aumentam a eficiência no uso de nutrientes e da água, enquanto intensidades elevadas reduzem a eficiência produtiva e ambiental (Mori et al., 2024; Nabinger e Maraschin, 2009). Além disso, a estrutura do pasto, diretamente determinada pela intensidade de pastejo, exerce maior influência sobre o consumo, o desempenho animal e a intensidade das emissões de metano do que a composição química da forragem ou o método adotado (Savian et al., 2023).

Em conjunto, essas evidências reforçam que estratégias de manejo baseadas no controle da intensidade de pastejo, calibradas por indicadores, como a altura do pasto, apresentam maior potencial de promover resiliência climática em sistemas a pasto. Intensidades moderadas, com rebaixamentos da ordem de 40 a 50% da altura inicial a cada ciclo de pastejo, têm sido associadas ao desempenho individual e produtividade animal por unidade de área maiores, bem como a melhores indicadores ambientais, independentemente do método de pastoreio empregado (Carvalho et al., 2009; Costa et al., 2021).



Leandro Correia Ebert
Engenheiro Agrônomo
Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Júlio de Castilhos



Paulo Cesar Faccio Carvalho
Zootecnista
Doutor em Zootecnia
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Pedro Arthur de Albuquerque Nunes
Engenheiro Agrônomo
Doutor em Zootecnia
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



REFERÊNCIAS

BRISKE, D. D. et al. Rotational grazing on Rangelands: reconciliation of perception and experimental evidence. **Rangeland Ecology & Management**, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 3-17, 2008.

CARNEIRO DA SILVA, S.; NASCIMENTO JR., D. Avanços na pesquisa com plantas forrageiras tropicais em pastagens: características morfofisiológicas e manejo do pastejo. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 36, p. 121–138, 2007.

CARVALHO, P. C. F. et al. Do bocado ao pastoreio de precisão: compreendendo a interface planta-animal para explorar a multifuncionalidade das pastagens. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 38, p. 109-122, 2009.

CASTILLO, A. R.; WALLAU, M. O. Stocking method and terminology in grazing management: evaluation of assertions from carbon, soil and production studies. **Crop Science**, Madison, v. 63, n. 2, p. 1-14, 2023.

COSTA, C. M. et. al. Grazing intensity as a management strategy in tropical grasses for beef cattle production: a meta-analysis. **Animal: An International Journal of Animal Bioscience**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 100192, 2021. DOI: 10.1016/j.animal.2021.100192.

MORI, C.; et al. Grazing intensity affects productivity, nutrient use efficiency and soil carbon in integrated crop–livestock systems in Brazil. **Journal of Environmental Management**, Londres, v. 352, p. 120120, 2024.

NABINGER, C.; MARASCHIN, G. Aspectos ecofisiológicos do manejo de pastagens. In: PILLAR, V. D. et al. (org.). **Campos Sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 95-115.

ROUQUETTE, F. M. Jr.; SOLLENBERGER, L. E.; VENDRAMINI, J. M. B. Grazing management and stocking strategy decisions for pasture-based beef systems: experimental confirmation vs. testimonials and perceptions. **Translational Animal Science**, [S. l.], v. 7, n. 3, txad069, 2023.

SAVIAN, J. V. et al. Evaluating grassland types in southern Brazil: effects of sward structure on intake, animal performance and methane emissions by beef cattle and sheep. Science of the Total Environment, Amsterdam, v. 858, p. 161695, 2023.

A EXTENSÃO COMO ESCUTA DIALÓGICA VISANDO À EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ricardo Antônio Rodrigues

A tríade Ensino, Pesquisa e Extensão sempre foi a força motriz da transformação de muitos contextos. Quando falamos de educação, independentemente do nível de ensino, devemos considerar que a sua principal missão é transformar vidas. O ato de ler é potencialidade de compreensão não apenas das letras, mas da própria vida e do mundo, pois educação é a ampliação dos repertórios de saberes e dizeres: quem aprende a aprender vai se transformando pelo movimento de letramento, que, antes de tudo, é um processo vital de humanização.

No atendimento a quem vive no campo há autarquias públicas, como a Embrapa, a Emater/RS-Ascar e os institutos federais, como potências para tratar o conhecimento de forma dialógica no complexo e pluriverso contexto do mundo do trabalho. A Embrapa, em seus 53 anos de existência, cumpre relevante papel na transformação da vida das pessoas a partir das demandas locais e territoriais nas quais opera dialeticamente a pesquisa como forma de promover um olhar cuidadoso para solucionar desafios no campo científico e tecnológico, sempre em sintonia com a cadeia produtiva.

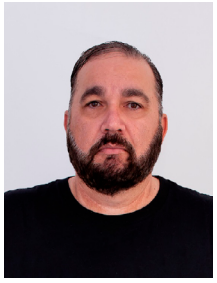
A Emater/RS-Ascar, em seus 70 anos, é a marca registrada da transformação da vida das pessoas com ênfase na Extensão Rural e Social. Através de valiosas escutas de quem trabalha no campo, a Instituição ajuda a tecer as condições fundamentais para a formalização de políticas públicas que atendam às necessidades reais das pessoas que escolheram viver do e no campo. Esse processo de escuta ativa, não apenas da Assistência Rural, mas também Social, leva suporte para a população rural e transforma contextos. A Emater/RS-Ascar representa o esforço de sintonia do Estado para organizar, planejar, avaliar e implementar políticas públicas a partir da escuta atenta das pessoas.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem como principal política pública os institutos federais, que são o braço da União no sentido de transformar a realidade pelo viés do ensino técnico e tecnológico. A Rede Federal, com seus 115 anos, nasceu para produzir nos trabalhadores do campo e da cidade a capacidade de compreender, explicar e transformar os diferentes contextos através da interação estreita entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação. Destaco que o formato dos institutos federais é mais recente. Criados, em 2008, para a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, podem, gradativamente, através do ensino, ser o movimento dialógico transformador de contextos com a Emater/RS-Ascar, que já faz Extensão, e com a Embrapa, que produz pesquisa.

A ideia aqui é chamar a atenção para a necessidade de que essas instituições possam, de forma dialética e dialógica, cumprirem sua função humana e social para melhorar a vida das pessoas, promovendo a sustentabilidade ampla, segurança alimentar, acesso à ciência, tecnologia e a inovação em todos os recantos de nosso território. Para tal, precisamos superar ideologias e fomentar a autonomia, o pensamento crítico e a perspectiva ético-política do bem comum.

Neste sentido, a Educação Profissional e Tecnológica dos institutos federais pode contribuir, via matriz epistêmica, para a construção crítica do mundo do trabalho, com foco na formação integral, superando a dicotomia entre pensar e fazer e considerando as necessidades reais de nosso tempo e território.

Nosso país, pós-Segunda Guerra mundial, sofreu a influência de dois processos fundamentais: a industrialização e a urbanização. Esses processos também caracterizaram a educação profissional e tecnológica, que se volta, muito mais, para os desígnios da indústria urbana. Precisamos corrigir a rota, ouvir o campo, principalmente os pequenos produtores, para qualificar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e, via Inovação, construirmos pontes para o futuro com sabedoria e responsabilidade.



Ricardo Antonio Rodrigues
Professor de Filosofia do IFFar Campus Jaguari
Docente do Quadro Permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Líder do Grupo de Pesquisa Ética, Epistemologia e Formação de Professores para EPT
Diretor Geral do Campus - IFFar Jaguari Doutor em Filosofia
Pós-Doutorado em Filosofia - Ética e Filosofia Política - PPG Filosofia/UFPEL
Diretor geral do IFFar Campus Jaguari

SEM EXTENSÃO RURAL NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO RURAL

Daiane Loreto de Vargas

O serviço de extensão rural evoluiu ao longo do tempo, superou o caráter estritamente produtivista da modernização da agricultura e, atualmente, trabalha com a perspectiva da sustentabilidade no campo. Assim, a extensão rural pública, ofertada através da Emater/RS-Ascar, possui um papel estratégico no desenvolvimento do espaço rural do Rio Grande do Sul, atuando não somente a partir de um caráter técnico-produtivo e econômico, mas também criando estratégias de desenvolvimento dos aspectos social e ambiental sob o prisma da sustentabilidade, ao organizar, por exemplo, o acesso dos(as) agricultores(as) às políticas públicas.

A extensão rural configura um papel fundamental no desenvolvimento rural, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar, na organização social dos(as) agricultores(as), na gestão das propriedades e empreendimentos rurais, na comercialização e na certificação dos produtos, no manejo produtivo, na transição para um sistema orgânico ou agroecológico, na potencialização das agroindústrias familiares, no turismo rural, no fortalecimento das feiras de comercialização, na capacitação dos(as) agricultores(as), no aspecto social com mulheres e jovens rurais e no atendimento à assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais, dentre outras questões.

Os extensionistas da Emater/RS-Ascar estão presentes nos 497 municípios do Estado, trabalhando especialmente com o público da agricultura familiar. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), o Rio Grande do Sul possuí 365.094 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 293.892 são classificados como familiares, ou seja, 80,5% dos estabelecimentos agropecuários são de cunho familiar, detendo 25,3% de toda a área cultivada, com significativa influência no PIB estadual. Os dados demonstram a potência desse segmento e, por consequência, o importante trabalho realizado pela extensão rural para contribuir com a efetividade dos resultados produtivos e econômicos.

No entanto, também é relevante destacar o papel da extensão rural social, realizada pelas(os) extensionistas, especialmente com as mulheres e jovens rurais. Já que um dos maiores desafios do campo, não somente no Rio Grande do Sul, mas no Brasil como um todo, é a sucessão familiar, a permanência do jovem no campo, especialmente das mulheres jovens. Essa também tem sido uma área importante de atuação da extensão rural no Estado. Porém, mesmo diante dos esforços de envolver os jovens em atividades e capacitações, ainda faltam políticas públicas de âmbito estadual e nacional que "olhem" para esse público de uma forma integral, como sendo muito mais do que uma simples mão de obra, mas sujeitos em desenvolvimento que também desejam acesso à tecnologia, lazer e cultura.

Nessa perspectiva, destaca-se o estudo de Minuzzi (2025), a qual retrata que as questões de gênero seguem sendo um grande desafio para o desenvolvimento rural e para o serviço de extensão rural, marcado pela sobrecarga de trabalho, pela falta de autonomia financeira e pela invisibilidade do trabalho feminino na agricultura. O estudo aponta ainda que, embora algumas políticas públicas tenham avançado no sentido de reconhecer o protagonismo das mulheres, persistem as barreiras simbólicas e institucionais que limitam seu acesso à renda, à terra e aos espaços de decisão. Além disso, a violência de gênero e o adoecimento mental aparecem como preocupações crescentes, diante da sobrecarga de responsabilidades que recaem sobre as mulheres.

Por fim, é preciso ressaltar o papel da extensão rural social como um instrumento estratégico para o desenvolvimento rural no campo, seja no aspecto econômico e produtivo, seja no aspecto socioambiental. Para tal, a construção de políticas públicas que facilitem o trabalho da extensão rural social é extremamente importante para potencializar a valorização de mulheres e jovens no campo, promovendo o protagonismo e a autonomia feminina, visando à superação de questões históricas e culturais, até porque o campo também é espaço de produção e de vida delas.



Daiane Loreto de Vargas
Doutora em Extensão Rural
Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER),
Centro de Ciências Rurais (CCR)

CEREAIS DE INVERNO PARA PROTEÍNA ANIMAL NUM AGRO DE OPORTUNIDADES

Jorge Lemainski



A produção de proteína animal é um dos pilares do agro do Rio Grande do Sul, sustentando cadeias estratégicas, como leite, carne bovina, suinocultura e avicultura. Um dos grandes desafios desses sistemas é assegurar oferta contínua de alimento de qualidade, com custo competitivo, ao longo de todo o ano. Nesse contexto, os cereais de inverno se consolidam como solução tecnológica capaz de transformar o outono e o inverno em um agro de oportunidades.

OPORTUNIDADES NO OUTONO

O trigo para pastejo, desenvolvido pela Embrapa, tem proporcionado ganhos expressivos aos sistemas leiteiros, com aumento de produtividade superior a 25% e redução de custos da ordem de 33%, conforme o Programa de Sementes e Mudas Forrageiras. A tecnologia permite mais de 10 ciclos de pastejo entre abril e outubro, com semeadura em março, garantindo forragem de alta qualidade no período crítico do calendário forrageiro.

Outra alternativa é a produção de silagem de pré-secado, que amplia as opções de renda e oferta alimentar. O trigo precoce, semeado em março, possibilita a produção de volumoso entre 55 e 65 dias, com rendimentos de 2.500 a 4.000 kg de matéria seca por hectare. A cevada forrageira, colhida entre 75 e 85 dias, produz de 4.000 a 6.500 kg de matéria seca por hectare. Já o trigo de duplo propósito, quando destinado exclusivamente ao pré-secado, apresenta colheitas entre 80 e 100 dias, com produtividades que variam de 6.500 a 9.500 kg de matéria seca por hectare.

OPORTUNIDADES NO INVERNO

No inverno, a silagem de planta inteira se destaca pelo elevado volume de produção e excelente conversão alimentar. O triticale, em ciclo de aproximadamente 115 dias, produz entre 8.000 e 12.000 kg de matéria seca por hectare, e cada quilo de matéria seca pode resultar em 1,3 litro de leite. A cevada forrageira, em ciclo de 125 dias, alcança produções entre 10.000 e 12.000 kg de matéria seca por hectare, e cada quilo de matéria seca pode gerar 1,2 quilo de leite.

Nos sistemas de integração lavoura-pecuária, os cereais de inverno cumprem papel central ao assegurar oferta de forragem de alta qualidade durante os meses mais frios. As aveias, por exemplo, apresentam elevada produção de biomassa e bom valor nutritivo, garantindo estabilidade na produção de leite e ganhos expressivos de peso na pecuária de corte. No Norte gaúcho e na Metade Sul, sistemas com trigo para pastejo e trigo de duplo propósito têm registrado ganhos de peso vivo superiores a 1,5 kg por animal por dia.

O Programa de Sementes e Mudas Forrageiras, uma parceria da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado, Embrapa e Emater/RS, tem ampliado o acesso a essas tecnologias por meio da oferta de sementes de qualidade, em articulação com empresas sementeiras.

SUÍNOS E AVES

Estudos da Embrapa Suínos e Aves demonstram que os cereais de inverno — trigo, triticale, cevada, aveia e centeio — possuem valor nutricional que os qualifica como substitutos parciais do milho nas rações de suínos e aves. Considerando a demanda anual de cerca de 14,5 milhões de toneladas de milho para ração no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a utilização de 35% de trigo ou triticale nas formulações permitiria ampliar em aproximadamente 1,7 milhão de hectares a área produtiva com cereais de inverno na região. O Programa Duas Safras, coordenado pelo SENAR/FARSUL, atua de forma integrada para fortalecer o suprimento dessas cadeias estratégicas.

A MELHOR SAFRA DE VERÃO É PREPARADA NO INVERNO

Além dos ganhos zootécnicos e econômicos, os cereais de inverno promovem benefícios agronômicos e ambientais relevantes. A cobertura do solo reduz a erosão, melhora a infiltração de água, favorece a ciclagem de nutrientes e eleva o teor de matéria orgânica, refletindo em maior produtividade das culturas de verão e maior resiliência dos sistemas produtivos.

Assim, os cereais de inverno se consolidam como elo estratégico entre produção vegetal e animal, transformando o outono e o inverno em períodos produtivos, geradores de renda, competitividade e sustentabilidade para o agro gaúcho. Mais renda com menos risco.



Jorge Lemainski

Engenheiro Agrônomo
Mestre em Ciências Agrárias
Chefe Geral da Embrapa Trigo



AZOSPIRILLUM BRASILIENSE: BIOINSUMO ALIADO NA PRODUÇÃO DE MILHO SILAGEM

Eduardo Canapelle



O milho é uma das principais plantas utilizadas na alimentação animal, sobretudo na forma de silagem. No milho destinado à produção de silagem, o aumento da produção de massa verde tem sido um dos objetivos principais dos produtores para tornar a produção mais rentável.

O uso de bioinsumos no milho tem crescido a cada safra, assim como o surgimento de novos bioinsumos registrados para a cultura. Atualmente há vários bioinsumos provenientes de diferentes microrganismos, que podem ser utilizados nessa cultura para controle de pragas e doenças, além de proporcionarem melhoria no crescimento das plantas.

A utilização de inoculantes com diferentes microrganismos tem trazido resultados promissores no aumento de produtividade do milho. Dentre eles destaca-se a bactéria Azospirillum brasilense, a qual proporciona aumento significativo da produção de massa verde na aérea do milho. Essa bactéria nas plantas realiza o processo de fixação biológica de nitrogênio, produz fitormônios estimuladores do crescimento vegetal (auxinas, citocininas, giberelina), eleva a resistência a doenças e outros fatores bióticos e abióticos.

Os inoculantes que contém Azospirillum brasilense, usados no milho silagem, podem ter sua formulação turfosa ou líquida; esta é atualmente mais utilizada pelos produtores pela maior praticidade de aplicação. A inoculação da Azospirillum brasilense é realizada no milho principalmente via semente e sulco. Contudo, também pode ser aplicada via foliar, em doses mais elevadas de inoculante, após a emergência das plantas.

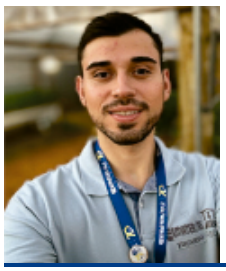
Os efeitos positivos da inoculação de Azospirillum brasilense

no milho dependem da realização correta desse processo, pois são organismos vivos que estão sendo utilizados. Para que o processo de inoculação aconteça com sucesso, é recomendado: utilizar apenas inoculantes registrados para a cultura e que estejam dentro do prazo de validade; usar as doses recomendadas pelos fabricantes; aplicar o inoculante de forma uniforme nas sementes; assegurar-se que o produto, antes de ser adquirido, foi armazenado em condição adequada de umidade e em temperatura não superior a 30 °C e, depois de adquirido, conservar nessas mesmas condições; realizar a semeadura imediatamente, ou no máximo em 24 horas após a inoculação; manter a semente inoculada protegida do sol e de altas temperaturas; aplicar o inoculante em caso de tratamento de semente por último, após a aplicação do fungicida, inseticida e/ou micronutriente. Além disso, a cultivar de milho também influencia nos resultados obtidos com inoculação; algumas apresentam aumento mais significativo na produção.

A inoculação de Azospirillum brasilense no milho silagem proporciona aumento significativo do sistema radicular, aumento do diâmetro do colmo e da espiga bem como da altura das plantas. O sistema radicular mais desenvolvido contribui para uma melhor nutrição das plantas, além de minimizar os efeitos do estresse hídrico. Trata-se de uma técnica que proporciona aumento da produção de forma sustentável e com pequeno custo de investimento, pois esse bioinsumo, além de ser facilmente encontrado no mercado, possui baixo custo de aquisição. Sua aplicação pode ser realizada sem necessidade de equipamentos específicos para essa operação.



O bioinsumo Azospirillum brasilene pode ser um aliado eficiente e rentável para os produtores no aumento da produção, desde que utilizado de maneira adequada, bem como contribui para uma agricultura mais sustentável e de baixa emissão de carbono. ■



Eduardo Canepelle

Engenheiro Agrônomo pela UERGS
Mestre em Agronomia pela UFSM
Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Condor/RS

Canais de Comunicação da Emater/RS-Ascar

youtube.com/@EmaterRS
facebook.com/EmaterRS
instagram.com/ematerrs
Podcast da Emater/RS-Ascar

ALTERNATIVA VIÁVEL PARA A MELHORIA DA ESTRUTURAÇÃO DOS SOLOS, REDUÇÃO DA EROSÃO E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Márcia Dezen



Nos últimos anos, a população do Rio Grande do Sul tem enfrentado eventos climáticos extremos, sejam chuvas intensas, sejam longos períodos de estiagem e seca, que, além dos vários danos às lavouras, desequilibram o fluxo financeiro dos agricultores. Nessas situações, fica claro que o manejo adequado do solo faz a toda a diferença, como a estruturação do perfil do solo, aliada ao incremento da matéria orgânica nas lavouras.

Um solo bem manejado permite maior infiltração da água, ampliando a capacidade de reserva no perfil do solo, que, quando mais poroso e macio, permite o enraizamento profundo. Além disso, solo com produção de matéria orgânica em quantidade e qualidade apropriada promove a alta atividade biológica dos microrganismos, os quais são fundamentais para a boa fertilidade. Para tanto, é preciso compreender sobre produção tanto de grãos quanto de palha e raízes, pois são elas as responsáveis pela construção do maior patrimônio do agricultor: o solo.

A palha sobre o solo ajuda a regular a temperatura e amortecer o impacto das gotas de chuva. No entanto, não é suficiente para evitar o escoamento superficial, se o solo não apresentar adensamento e compactação. Solos adensados dificultam a infiltração da água e favorecem a erosão tanto laminar como em sulcos, cenário que tem sido observado em muitas áreas do Estado.

De acordo com dados da Emater/RS-Ascar, o Rio Grande do Sul possui cerca de 7,5 milhões de hectares cultivados com soja, milho e feijão no verão. Já no outono/inverno, apenas 1,7 milhão de hectares são ocupados com culturas como aveia branca, trigo, cevada e canola. Isso mostra que há uma grande área disponível no inverno, que pode ser cultivada com tura do solo e aumentar a infiltração e o armazenamento de água.

Apesar da notável importância de um manejo pensado na inclusão das gramíneas de verão no sistema produtivo, das questões de viabilidade econômica e dos riscos, esses dados mostram que muitos agricultores priorizam o cultivo do grão de certa forma mais valorado, como a soja, no verão. Como alternativa, há uma ferramenta importante: a janela de cultivo outonal (período entre a colheita da soja e o plantio das principais culturas de inverno).

Considerando a colheita da soja no final de março e, por exemplo, o cultivo de trigo em meados de

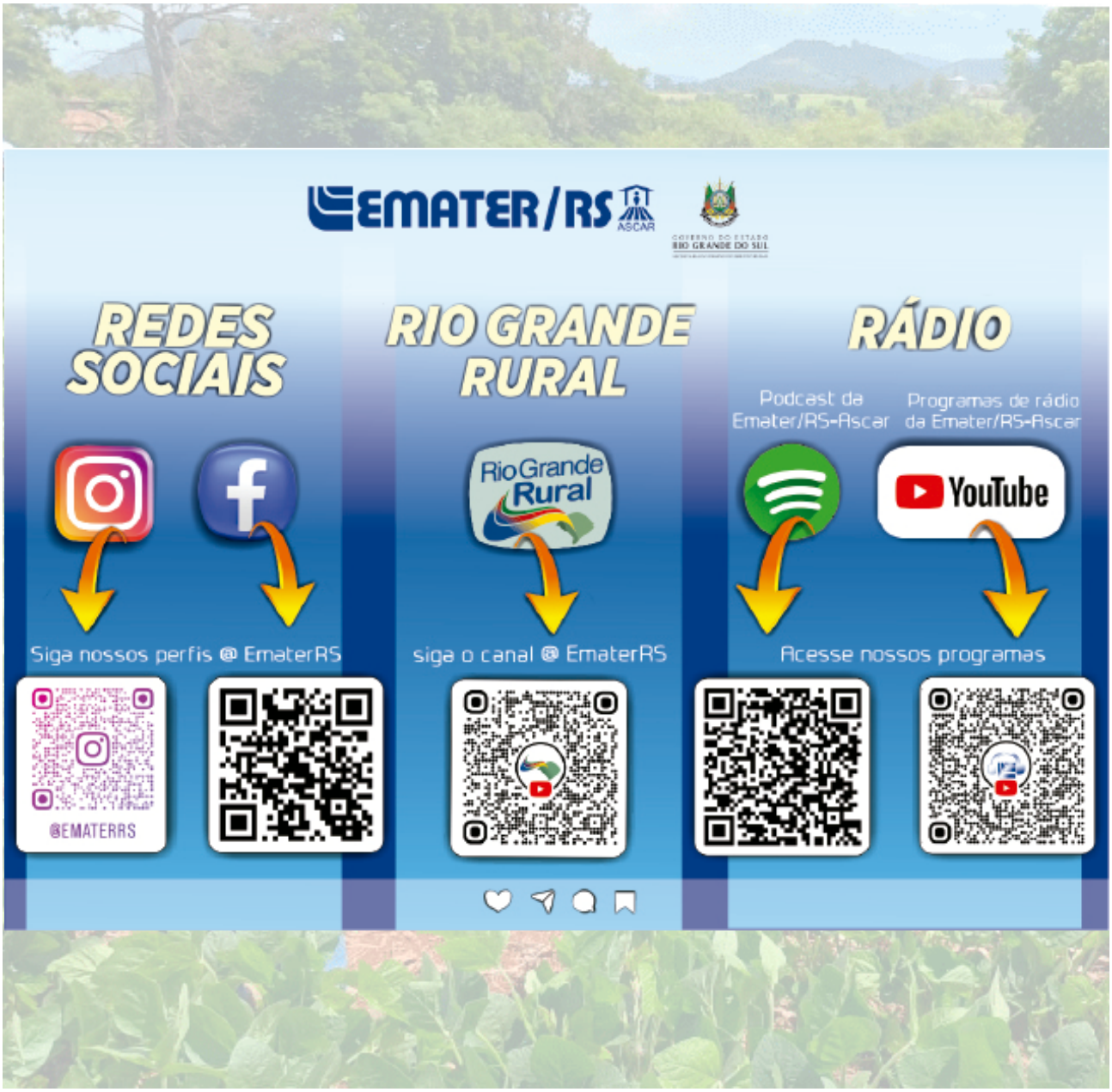
junho, há cerca de 60 dias disponíveis para aprimorar a qualidade do solo, realizando a semeadura de plantas de serviço. Após a colheita da soja, podem ser implantadas gramíneas de verão em alta densidade, como o capim sudão, milheto, sorgo ou o próprio milho (grão galpão BT) para a produção de raízes e palha no intuito de incrementar a matéria orgânica no perfil e promover a estruturação do solo, ao utilizar plantas com raízes robustas.

Essa técnica, difundida pela Embrapa, vem sendo adotada desde 2017 em lavouras de referência em Santo Ângelo, acompanhadas pela Emater/RS-Ascar, com resultados muito positivos. Foram observados aumento da infiltração de água, elevação dos teores de matéria orgânica, redução da erosão e melhores produtividades, especialmente em anos de estiagem. Além disso, permite que o agricultor siga utilizando a totalidade de sua área exclusivamente para o cultivo da soja no verão, se assim desejar.

Para conhecer essa alternativa e melhorar a qualidade do solo da sua propriedade, procure os escritórios da Emater/RS-Ascar.



Márcia Dezen
Engenheira Agrônoma
Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Santo Ângelo



OPERAÇÃO TERRA FORTE: OPORTUNIDADES PARA A ATERS DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO RIO GRANDE DO SUL

Jaime Eduardo Ries



A cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul atravessa, nas últimas décadas, um processo de reconfiguração estrutural marcado pela intensificação tecnológica, pela maior exposição à concorrência externa e pelo aumento da vulnerabilidade climática.

Historicamente baseada em um grande número de agricultores familiares, a atividade leiteira exerceu, por longo período, papel complementar na renda das famílias rurais, caracterizando-se por limitada preocupação com padrões de qualidade ou ganhos de produtividade, sendo valorizada principalmente pela geração mensal de caixa, destinada ao atendimento das despesas básicas das famílias. Esse arranjo vem sendo gradualmente substituído por sistemas mais intensivos, com elevação da produtividade e da escala de produção, conforme demonstram as sucessivas edições do Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no RS, elaborado pela Emater/RS-Ascar.

Contudo, a modernização da atividade ocorre de forma desigual e em um ambiente econômico cada vez mais restritivo. A volatilidade dos preços pagos ao produtor, a intensificação das importações de lácteos oriundos do Mercosul e as limitações econômicas dos consumidores têm comprimido as margens de rentabilidade e ampliado os riscos da atividade. Esse contexto tem acelerado a exclusão de produtores, especialmente aqueles de menor escala e menor capacidade de investimento, ao mesmo tempo em que expõe a fragilidade de sistemas altamente capitalizados e forte-

mente dependentes de custos elevados de produção.

A esse quadro soma-se o agravamento dos eventos climáticos extremos no Estado, como estiagens recorrentes e enchentes, que impactam diretamente a produção forrageira e a estabilidade dos sistemas produtivos. Rebanhos predominantemente compostos por raças de origem europeia, de alta produção, como Holandesa e Jersey, tornam-se ainda mais vulneráveis, dada a elevada suscetibilidade desses animais ao estresse térmico, com reflexos negativos sobre produção, reprodução e sanidade.

Nesse cenário, a extensão rural pública assume papel central na mediação das transformações em curso, exigindo dos serviços de ATERS uma atuação que ultrapasse a difusão pontual de tecnologias. Torna-se fundamental reconhecer a heterogeneidade dos sistemas produtivos e orientar intervenções diferenciadas, compatíveis com a realidade econômica, social e ambiental de cada unidade produtiva. Para os produtores em processo de fragilização ou saída da atividade leiteira, a atuação da ATERS deve apoiar processos de transição produtiva, diversificação de renda e reorganização do uso da terra. Para aqueles com potencial de permanência e adaptação, a extensão deve fortalecer a qualificação da gestão, a tomada de decisão baseada em indicadores técnicos e econômicos e a adoção responsável de inovações, com foco na redução de custos estruturais e no aumento da eficiência dos investimentos.

É nesse contexto que se insere a Operação Terra Forte - Programa de Recuperação Socioprodutiva, Ambiental e de Resiliência Climática da Agricultura Familiar Gaúcha, coordenado pela SDR e executado pela Emater/RS-Ascar. Para a cadeia do leite, o programa se consolida como instrumento de política pública capaz de induzir a reorganização dos sistemas produtivos, tendo o manejo e a conservação do solo como eixo estruturante das ações.

Na elaboração dos planos individuais de ações integradas, a ATERS deve priorizar práticas conservacionistas nas áreas destinadas à produção de forragens, como o controle da erosão, o aumento da infiltração de água no solo, o uso do plantio direto, o manejo adequado da compactação e a manutenção permanente da cobertura do solo. Essas práticas devem ser associadas tanto à recuperação de pastagens degradadas quanto a um planejamento forrageiro que diversifique espécies e cultivares, reduzindo os vazios forrageiros ao longo do ano e promovendo, de forma integrada, a conservação ambiental e o aumento da produtividade dos sistemas leiteiros.

A correção e a fertilização das áreas destinadas à produção de pastagens e volumosos conservados, baseadas em análises de solo, constituem outro eixo central das ações do Terra Forte, ao permitirem ganhos consistentes de produtividade e maior eficiência econômica no uso de insumos. O manejo tecnicamente orientado dos dejetos bovinos deve ser incorporado como mecanismo para a ciclagem de nutrientes, a melhoria da fertilidade do solo e a redução da dependência de fertilizantes químicos, ao mesmo tempo em que minimiza riscos de contaminação ambiental. Nesse contexto, a irrigação e a fertirrigação, quando adequadamente dimensionadas e ambientalmente controladas, assumem papel relevante na estabilização da produção forrageira diante das estiagens, ampliando a resiliência dos sistemas produtivos.

Complementarmente, os sistemas silvipastoris se configuram como alternativa estratégica para conciliar produtividade, conservação ambiental e bem-estar animal. A inserção planejada de componentes arbóreos nas áreas de pastagem contribui para o conforto térmico dos animais e para a conservação do solo e a infiltração de água bem como amplia as possibilidades de diversificação de renda das propriedades.

Diante de um cenário marcado pela volatilidade de mercado, pela competição internacional e pela intensificação dos riscos climáticos, a Operação Terra Forte se afirma como instrumento estruturante de política pública para os produtores de leite diretamente atendidos pelo programa e para aqueles alcançados indiretamente por meio de unidades de referência e ações de difusão técnica. Para isso, será fundamental a capacidade da ATERS de integrar diagnóstico, planejamento, acompanhamento técnico e articulação institucional, promovendo sistemas produtivos tecnicamente eficientes, economicamente viáveis, resilientes e ambientalmente sustentáveis. Dessa forma, o programa contribui para a recuperação produtiva e a reorganização dos sistemas leiteiros das unidades familiares beneficiadas, com efeitos demonstrativos e indutores de boas práticas no território. ■



Jaime Eduardo Ries
Zootecnista, M.Sc.
Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar

ASSISTÊNCIA SOCIAL RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: PROTEÇÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS NO CAMPO

Elisângela Froelich
Isolete M. Georg Bacca
Maitê Nunes Soares



A assistência social rural desenvolvida pela Emater/RS-Ascar no Rio Grande do Sul se dá no campo do assessoramento e da defesa e garantia de direitos e constitui-se como uma estratégia fundamental para a ampliação da proteção social e para o fortalecimento do acesso a direitos pelas famílias, grupos e comunidades que vivem no meio rural. As ofertas da Instituição visam à atuação, nos 497 municípios que compõem o Estado do Rio Grande do Sul, com o público presente no meio rural gaúcho, preferencialmente os povos tradicionais indígenas, pescadores artesanais, quilombolas e as comunidades de agricultores familiares, pecuaristas familiares e assentados e reassentados da reforma agrária, priorizando e privilegiando a ação com públicos de extrema pobreza.

Como meio de viabilizar a concretização do objeto social de assistência social rural, a Ascar integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e articula-se de forma estratégica com a política de assistência técnica e extensão rural e social, considerando que o desenvolvimento social e territorial dialoga diretamente com as práticas de extensão, favorecendo a construção de soluções coletivas, o acesso a políticas públicas e a promoção de autonomia e cidadania no meio rural (ASCAR, 2022). Reconhecendo as especificidades territoriais, sociais, socioculturais, produtivas e socioambientais do campo, a atuação socioassistencial da Instituição busca assegurar a proteção social das famílias, reduzir desigualdades históricas, fortalecer vínculos familiares e tersetorial.

No contexto do SUAS, a primazia da oferta de assistência social, no campo do assessoramento e da defesa e garantia de direitos, é da sociedade civil. Esse princípio expressa que a sociedade civil não é apenas executora complementar das ações, mas sujeito político ativo, com capacidade de iniciativa, proposição, inovação e incidência, atuando de forma autônoma, ainda que em articulação com o Estado (BRASIL, 1993). Dessa forma, as ações de defesa e garantia de direitos executadas pela Instituição são direcionadas ao enfrentamento das vulnerabilidades e dos riscos sociais enfrentados identificados nos distintos territórios rurais, integrando indivíduos, famílias e comunidades dos públicos assessorados.

A atuação socioassistencial da Instituição se materializa por meio de programas e metodologias que articulam assessoramento, defesa de direitos, participação social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, com foco prioritário em famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, as ofertas socioassistenciais da Instituição são organizadas a partir de três programas:

- Programa Semeando no SUAS: oferta centrada na promoção de processos de formação e qualificação de conselheiras(os), gestoras(es), trabalhadoras(es) e lideranças comunitárias, apoio aos conselhos municipais de assistência social e fortalecimento do controle social democrático.

- Programa Família e SUAS Ruralidades: oferta direcionada às especificidades das famílias do meio rural, considerando o território, os modos de vida, as identidades culturais e as dinâmicas produtivas, com foco no estímulo ao desenvolvimento integral e sustentável das comunidades, das cadeias organizativas, das redes de empreendimentos e na geração de renda. A ruralidade, aqui considerada, abrange aspectos socioeconômicos, socioculturais, políticos, socioambientais e os diversos elementos da convivência intrafamiliar e comunitária no meio rural.

- Programa Rio Grande Social: oferta que integra ações de comunicação, educação popular e mobilização social, difundindo informações de interesse social, promovendo o acesso a direitos e valorizando experiências e inicia-

tivas comunitárias que reforçam o protagonismo das famílias, grupos e organizações do território.

Assim, a assistência social rural realizada pela Emater/RS-Ascar reafirma seu compromisso institucional com a promoção da dignidade humana, da justiça social e do desenvolvimento rural inclusivo, ao enfrentar as múltiplas expressões da questão social no meio rural, como a pobreza, a insegurança alimentar, a desigualdade no acesso às políticas públicas, a vulnerabilidade socioeconômica, o êxodo rural e a precarização das condições de vida e trabalho. Dessa forma, consolida-se como uma prática estratégica para a efetivação de direitos e para o fortalecimento da proteção social no meio rural do Rio Grande do Sul. consolida-se como uma prática estratégica para a efetivação de direitos e para o fortalecimento da proteção social no meio rural do Rio Grande do Sul.



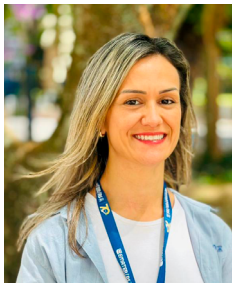




Elisângela Froelich
Extensionista Rural Social
Assessoria de Assistência Social-da Emater/RS-Ascar
Bacharel em Direito
Tecnóloga e Mestre em Desenvolvimento Rural



Isolete Magali Georg Bacca
Extensionista Rural Social
Assessoria de Assistência Social-da Emater/RS-Ascar
Bacharel e Serviço Social
especialista em Intervenção Social com Famílias



Maitê Nunes Soares
Assistente Administratica
da Emater/RS-Ascar
Bacharel em Administração

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASCAR). **Estatuto Social**. Porto Alegre, RS: ASCAR, 2022.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). D**iário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS/MDS nº 182, de 13 de fevereiro de 2025. Caracteriza, estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direitos, ofertados de forma isolada ou cumulativa, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, por entidades e organizações da sociedade civil de assistência social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 fev. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.245, de 29 de maio de 2013. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social no Estado do Rio Grande do Sul (PEATERS) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social do Rio Grande do Sul (PROATERS). **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 30 maio 2013.

ATERS - UMA POLÍTICA PÚBLICA TRANSFORMANDO O TERRITÓRIO RURAL GAÚCHO

Fabrícia Tadia Carbonari

A agricultura familiar pulsa como o coração da produção de alimentos no Brasil, e no Rio Grande do Sul ela ganha um suporte decisivo da Emater/RS-Ascar por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS). Essa política pública equipa os agricultores e demais povos do campo com ferramentas essenciais: assistência técnica e extensão rural para elevar a produtividade, cortar desperdícios, gerir custos e conquistar mercados de maior valor agregado, colocando as pessoas como foco principal do trabalho, observando e respeitando suas especificidades e realidades.

RESULTADOS VISÍVEIS NOS TERRITÓRIOS

Os impactos da ATERS se materializam no dia a dia do território rural gaúcho. Famílias antes isoladas agora se unem em grupos, cooperativas, feiras locais e associações. Onde produtos coloniais eram feitos nas cozinhas de casa, surgem agroindústrias robustas, que transformam a produção agropecuária em "riquezas gastronômicas" disputadas nas maiores feiras do Estado, ganhando cada vez mais espaço e visibilidade. Propriedades viram destinos turísticos, com paisagens naturais impressionantes e experiências rurais autênticas, que encurtam a distância entre o visitante e o encanto do campo.

Projetos dedicados a mulheres e jovens rurais impulsionam o protagonismo desses grupos, tecendo laços comunitários mais fortes, munindo esses públicos de conhecimento e informações capazes de melhorar suas realidades e condições de vida. Em crises como estiagens ou eventos climáticos extremos, a Emater/RS-Ascar intervém com planejamento de recuperação, atendimento emergencial a bens essenciais e ações preventivas.

O TRABALHO DOS EXTENSIONISTAS: DO DIAGNÓSTICO À SOLUÇÃO

Centenas de extensionistas da Emater/RS-Ascar colocam as pessoas no centro, com educação não formal via capacitações, cursos e treinamentos. Eles qualificam agricultores, otimizam processos e elevam a qualidade dos produtos. Na rotina, a Instituição atua no contexto completo das propriedades: do diagnóstico de problemas à implementação de soluções práticas, como saneamento básico, tratamento de esgoto, acesso à água potável, produção para autoconsumo, geração de renda, promoção da saúde mental e apoio a empreendimentos em agroindústrias, turismo rural e artesanato. As metodologias de Extensão Rural, como oficinas, dias de campo, reuniões técnicas, intercâmbios, etc., fomentam autonomia e promovem o diálogo entre o campo e as políticas públicas.

A ATERS vai além de números de produção e produtividade. Ela transforma relações entre agricultores e mercados, campo e cidade, entre gerações, tornando a vida rural viável e atraente. A Emater/RS-Ascar é o elo que media o acesso a outras políticas públicas, como o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre muitas outras. A Instituição representa o braço forte dos governos municipais, federal e principalmente do Estado para os povos do campo e das águas.

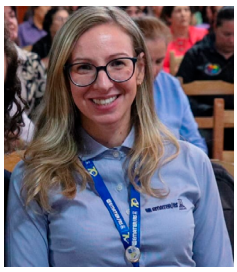
O apoio às mulheres rurais é inabalável. Anualmente, a Emater/RS-Ascar capacita milhares delas em gestão de propriedades, empreendedorismo, liderança, produção, processamento e comercialização. Essas intervenções retêm talentos no campo, gerando inovação social.

DESAFIOS E O HORIZONTE

A Emater/RS-Ascar evolui com foco técnico e compromisso social, atuando em mais de 400 municípios e alcançando cerca de 200 mil famílias por ano. Não se impõem soluções prontas; constroem-se caminhos com as comunidades, priorizando mulheres, jovens e povos tradicionais para combater desigualdades bem como promover cidadania e protagonismo, possibilitando tomada de decisões de forma orientada.

Obstáculos como mudanças climáticas, envelhecimento populacional e burocracia persistem. Ainda assim, a Instituição expande tecnologias acessíveis, levando inovações via políticas públicas. Graças à ATERS e aos extensionistas, essas políticas chegam a quem mais precisa, mudando realidades rurais no Rio Grande do Sul.

Em um mundo em transformação, o modelo gaúcho de extensão rural e social se destaca como referência nacional. Valorizando o capital humano do campo, consolida uma agricultura produtiva, inovadora e justa, com pessoas cuidadas, capacitadas, informadas e processos qualificados. O campo gaúcho não produz só alimentos, constrói o futuro.



Fabricia Tadia Carbonari
Licenciada em Ciência Agrárias
Extensionista Rural Social
Gerente Técnica Adjunta da Emater/RS-Ascar

RELATOS DE **EXPERIÊNCIAS**

PECUÁRIA DE BASE ECOLÓGICA NO BIOMA PAMPA: A EXPERIÊNCIA DA AGROPECUÁRIA PASTOREIO [1]

Ricardo Lopes Machado



A Agropecuária Pastoreio é gerida pela família Schimith da Rocha, composta pelo casal Luiz e Rosane e pelos filhos gêmeos Guilherme e Gustavo, de 25 anos. Dedicam-se exclusivamente à bovinocultura de leite no distrito da Boca do Monte, em Santa Maria. O trabalho da Emater/RS-Ascar com essa família iniciou-se em 2012, e na época a principal atividade da família era a cultura da soja, que estava em expansão. O casal cojitava parar com a atividade leiteira, que era secundária, e se dedicar apenas à cultura da soja. Porém, havia duas questões importantes a serem consideradas que levaram a família a mudar de ideia: a inseguraça, os altos investimentos e os retornos não garantidos com a safra; e o fato de o filhos do casal terem decidido assumir a atividade leiteira com os pais, pois se identificavam com a pecuária, e não com a lavoura. Dessa forma, com o acompanhamento da equipe da Emater/RS-Ascar, a família vislumbrou a possibilidade de produzir leite de forma menos penosa e mais rentável e começou, gradativamente, a implantar um sistema de transição agroecológica na bovinocultura de leite.

O processo de transição começou em 2012, e em 2019 toda a área útil da famíia estava direcionada para a atividade leiteira. As bases fundamentais que compõem o sistema são:

- leite à base de pasto com manejo sob Pastoreio Racional Voisin (PRV);
- pastagens perenes para autonomia, diminuição de custos e proteção do solo;
- sistema silvipastoril com acesso dos animais à sombra e canalização de água nos piquetes, o que aumenta em média 15% a produção das vacas;
- manejo ecológico do solo: acúmulo de fertilidade através das dejeções dos animais de forma direta e via fertirrigação, roçadas para formação de palhada e cobertura do solo, adubação orgânica e química de forma equilibrada e uso de remineralizadores de solo;
- respeito ao bem-estar animal através das variáveis pasto-sombra-água, e promoção da sanidade com uso de homeopatia animal para auxílio no controle de parasitas;
- bem-estar humano, buscando ergonomia adequada através de máquinas e equipamentos que diminuam a penosidade do trabalho, como o uso de quadriciclos;
- gestão econômica e produtiva através de planilha de gerenciamento da produção leiteira.

[1] Escrito com apoio de Leonardo Basso Brondani e Isadora Martins Marques da Rocha (extensionistas rurais da Emater/RS-Ascar de Santa Maria).

O novo sistema produtivo ampliou a renda da família, que conseguiu comprar mais uma área, e atualmente trabalha com 96 hectares de área útil, sendo que 72 hectares com pastagens perenes de verão. No outono, é feito o plantio direto de aveia e sobressemeadura de azevém em toda a área dos piquetes, eliminando, assim, os vazios forrageiros e obtendo-se pasto o ano todo. O solo fica estruturado e protegido da erosão das chuvas, pois possui muita matéria orgânica, raízes, palha e nutrientes, que alimentam a vida do solo. A partir de piscinas de fermentação construídas em 2021, foi instalado, no ano de 2024, um sistema de fertirrigação de esterco líquido para uma área de 6 hectares de pastagem com o apoio do Programa Supera Estiagem do Governo do Rio Grande do Sul.

Através do gerenciamento da atividade, que começou a ser feito em 2016, destacam-se os seguintes resultados técnicos: aumento da produção de leite, que passou de 14 mil litros/mês em 2016 para 61 mil litros/mês em 2025; aumento da média produtiva das vacas em lactação, que passou de 14,4 litros/dia para 25,8 litros/dia; a média da renda líquida ha/ano entre 2022 e 2024, que foi de R$ 7.068,00.

O foco do trabalho é gerar uma ótima receita líquida por cada hectare trabalhado, e não uma alta produtividade de leite a qualquer custo. Conclui-se que esse sistema sustentável de produção de leite gera uma renda líquida por cada hectare trabalhado significativamente superior ao valor que estariam recebendo pelo arrendamento (12 sacas de soja/ha/ano), o que tem permitido a reprodução social da família e, ao mesmo tempo, conservado o agroecossistema local



Ricardo Lopes Machado
Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Santa Maria
Médico Veterinário

PROGRAMA GPS RURAL NO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO

Carla Daniele Sausen
Carla Maria Zalewski Kiss
Manoela Hilgert Theobald Pazdiora

No município de Cerro Largo, há aproximadamente 780 propriedades rurais, distribuídas em 16 comunidades. A realidade territorial evidencia que as famílias residentes nessas localidades enfrentam situações de vulnerabilidade relacionadas ao acesso a serviços essenciais, especialmente nas áreas de saúde, assistência social e segurança pública, em razão da distância geográfica, das condições de deslocamento e das dificuldades de localização das propriedades. Essas situações impactam diretamente a proteção social das famílias, exigindo estratégias que considerem as especificidades do território rural.

Nesse contexto, em julho de 2024, foi implantado o Programa GPS Rural como estratégia de proteção social e garantia de direitos voltada à redução de riscos e à prevenção de agravos, especialmente em situações de urgência e emergência. O Programa teve como finalidade identificar e georreferenciar as propriedades rurais, contribuindo para a ampliação do acesso aos serviços públicos essenciais, assegurando a proteção à vida, à integridade física e patrimonial das famílias que residem no campo, em consonância com os princípios da universalidade, da equidade e da territorialização do SUAS.

O acesso ao Programa ocorre por meio do cadastramento das propriedades rurais, realizado no Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar, a partir do levantamento de coordenadas geográficas e da atribuição de um código individual para cada unidade familiar. Com apoio da Administração Municipal, foram adquiridos aparelhos de GPS destinados às equipes de saúde e segurança pública, contendo os dados georreferenciados das propriedades. As informações são de uso restrito aos sistemas internos das equipes de atendimento — Brigada Militar, Polícia Civil, SAMU e Corpo de Bombeiros —, e os dispositivos passam por atualização mensal, garantindo a integração contínua dos novos cadastros e a qualificação do atendimento.

No momento da solicitação de atendimento, a família informa o código de identificação da propriedade, possibilitando que as equipes localizem, com precisão, o domicílio rural, reduzindo o tempo de resposta e qualificando o acesso aos serviços de urgência e emergência. Essa organização territorial fortalece a capacidade protetiva do Estado, reduz riscos sociais e contribui para a manutenção da vida.



Como ação complementar, o Programa prevê a possibilidade de identificação física das propriedades rurais por meio da aquisição de placas informativas, contendo o nome do Programa e o número de cadastro, a serem instaladas nas entradas das propriedades. Essa estratégia contribui para a visibilidade do território, o reconhecimento das famílias e o fortalecimento da organização comunitária, sem caráter obrigatório, respeitando a autonomia dos usuários.

A equipe do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar desenvolve ações continuadas com as famílias por meio de visitas, reuniões comunitárias, encontros e atendimentos técnicos individuais, com o objetivo de orientar, informar e garantir o acesso ao Programa GPS Rural. As ações são pautadas em uma abordagem humanizada, preventiva e territorializada, promovendo a autonomia, a dignidade e o protagonismo das famílias rurais, especialmente daquelas que historicamente enfrentam barreiras de acesso aos serviços públicos.

Destaca-se que a adesão ao Programa é gratuita e voluntária, assegurando o direito à escolha das famílias. A implementação do GPS Rural evidencia uma prática intersetorial, articulando a Política de Assistência Social e da Extensão Rural e Social com as políticas de Saúde e Segurança Pública, fortalecendo a rede de proteção social no território. Essa articulação possibilita o encaminhamento adequado das demandas, o acompanhamento das situações de vulnerabilidade e a ampliação do acesso a direitos sociais.

Os resultados observados a partir da implementação do Programa indicam impactos positivos na qualidade de vida das famílias agricultoras, com melhoria no acesso aos serviços de saúde e socorro, redução do tempo de resposta em situações emergenciais e fortalecimento da segurança no meio rural. A ação reafirma a importância de políticas públicas integradas, territorializadas e orientadas pela lógica da proteção social, contribuindo para a inclusão social e para o fortalecimento da agricultura familiar, sem prejuízo ao desenvolvimento das atividades produtivas no campo.



Carla Maria Zalewski Kiss
Extensionista Rural Social
da Emater/RS-Ascar
de Cerro Largo



Carla Daniele Sausen
Extensionista Rural da Emater/
RS-Ascar de Cerro Largo -
Engenheira Agrônoma



Manoela Hilgert Theobald Pazdiora
Extensionista Rural da Emater/
RS-Ascar de Cerro Largo
Médica Veterinária

TERRACEAMENTO AGRÍCOLA FORTALECE A CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA NO NOROESTE GAÚCHO

Fabrício Elias Veit

Com o aumento da irregularidade das chuvas nos últimos anos, a conservação do solo e da água tornou-se prioridade nas lavouras do Rio Grande do Sul. Chuvas intensas intercaladas com períodos de estiagem têm causado prejuízos à produção agrícola, principalmente pela erosão do solo e pela perda de nutrientes. Diante desse cenário, práticas conservacionistas ganham espaço como alternativas sustentáveis para garantir produtividade e preservar os recursos naturais.

No interior de Campo Novo, no Noroeste gaúcho, a família Casali encontrou no terraceamento agrícola uma solução eficiente para enfrentar tanto as enxurradas quanto a seca. A experiência é desenvolvida na Granja Casali, propriedade de cerca de 290 hectares destinada ao cultivo de soja, trigo e milho, que hoje se destaca como referência em sustentabilidade no Estado.

O investimento na construção dos terraços foi motivado pela necessidade de conter a erosão e reter a água da chuva nas áreas de plantio. Segundo o produtor, chuvas fortes vinham provocando perdas recorrentes de solo, adubo, calcário, palhada e sementes, comprometendo o desenvolvimento das culturas. A implantação ocorreu entre o final de agosto e o início de setembro, respeitando a janela do plantio do milho. Os ajustes finais e o acabamento do sistema serão realizados após a colheita da soja safrinha.

O terraceamento agrícola consiste na construção de elevações transversais no terreno, projetadas para reduzir o comprimento da rampa, reduzir a velocidade do escoamento superficial e reter a água na lavoura. A técnica evita a formação de sulcos, valetas e voçorocas, além de favorecer a infiltração da água no solo, contribuindo para o armazenamento hídrico e a conservação da fertilidade.

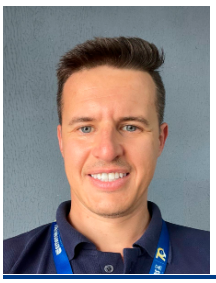


De acordo com o extensionista rural da Emater/RS-Ascar Fabrício Elias Veit cada metro linear de terraço pode reter até 2.500 litros de água, reduzindo significativamente o volume que escoa para fora da propriedade. Esse efeito contribui para a preservação do solo, a retenção de água e nutrientes, além de evitar enchentes e danos em áreas vizinhas. Na Granja Casali, foram construídos 10 terraços, cada um com aproximadamente 3.400 metros de comprimento, permitindo que grandes volumes de água da chuva permaneçam na lavoura.

A prática está integrada ao sistema de plantio direto, adotado na região há mais de 30 anos. O plantio direto mantém o solo permanentemente coberto por palhada, com rotação de culturas, não revolvimento do solo, reduzindo a erosão, melhorando a estrutura física e aumentando a matéria orgânica. Mesmo assim, em períodos de chuvas intensas, ainda pode ocorrer escorrimento superficial, tornando essencial a combinação entre plantio direto e terraceamento.

Com apoio técnico da Emater/RS-Ascar e da Embrapa, foi utilizado o programa Terraço for Windows, que permite o dimensionamento dos terraços conforme declividade, tipo de solo e sistema de manejo. O novo arranjo possibilitou maior espaçamento entre os terraços, variando de 82 a 120 metros, facilitando o tráfego de máquinas e as operações de plantio, pulverização e colheita.

Os terraços foram projetados para não interferir na mecanização agrícola, inclusive em áreas irrigadas por pivôs centrais. Embora o sistema ainda não esteja totalmente finalizado, a expectativa é de que o investimento se pague em poucos anos, com redução de perdas, aumento da produtividade e melhoria contínua da fertilidade do solo. A experiência da Granja Casali reforça a importância das práticas conservacionistas para a sustentabilidade da agricultura diante dos desafios climáticos atuais.



Fabricio Elias Veit
Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Campo Novo
Engenheiro Agrônomo

EXTENSÃO RURAL E FEIRAS COMERCIAIS: O CASO DA FEIRA LIVRE COMUNITÁRIA DE DOM PEDRITO

Walney Lucas Moreira
Paulo César Savi
Cristiano de Vargas Oliva
Fernanda Cardona Pohl
Laura da Rocha Chaves Barcellos



A Feira Livre Comunitária de Dom Pedrito (FLC-DP) teve origem a partir da demanda da comunidade e dos agricultores familiares assistidos pela Emater/RS-Ascar. A necessidade de fornecimento à comunidade de produtos oriundos do município, com qualidade superior, fornecidos diretamente do produtor ao consumidor, foram premissas para o crescimento, desenvolvimento e consolidação da feira. A cadeia curta de comercialização garantiu preços melhores ao produtor e estabeleceu um novo espaço para venda de seus produtos.

Inaugurada em 27 de fevereiro de 2015, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 265, de 18 de dezembro de 2015, estabelecida na praça municipal General Osório, todas as sextas-feiras a partir das 6 horas. Posteriormente esse local foi alterado pelo Decreto Municipal nº 510, de 15 de janeiro de 2025, passando a funcionar na Rua Coberta Pedro Ansuateguy, onde permanece até os dias atuais. O local se tornou uma referência para encontros dos diversos setores da comunidade, oportunizando o convívio dos agricultores familiares com a população urbana.

A Emater/RS-Ascar trabalhou no sentido de capacitar os integrantes nos diversos aspectos, através de cursos e treinamentos, que abrangem toda a cadeia da produção do campo à comercialização. A organização dos produtores em torno da Associação de Feira Livre de Dom Pedrito (ASFE-

LI) começou através do Escritório Municipal do município e do Núcleo de Cooperativismo da Emater/RS-Ascar de Pelotas.

Visando entender o contexto socioeconômico que envolve a FLC-DP como um todo, bem como gerar indicadores de análise, o Escritório Municipal de Dom Pedrito realizou um trabalho, com metodologia definida a saber:

• Coleta de bibliografia, envolvendo feiras e mercados para a agricultura familiar;

• Entrevista com 13 feirantes em 03 e 10 de janeiro de 2025 (o número de feirantes em cada edição semanal varia, podendo chegar a 30 feirantes);

• Questões sobre o perfil do feirante, seus produtos e percepções a respeito do retorno financeiro, social e de qualidade de vida na feira.

RESULTADOS OBTIDOS

No que tange ao perfil dos agricultores familiares que participam da FLC-DP, as variáveis estudadas versam sobre gênero, idade, tempo de participação na feira, localização e área ocupada da unidade familiar de produção, além de acesso a outros canais de comercialização. Buscou-se também elencar os principais produtos comercializados pelas agricultoras e agricultores familiares participantes do estudo, a área cultivada e o uso de insumos.

Quanto ao gênero dos agricultores feirantes, há certo equilíbrio na participação, mas as mulheres representam 53,85% dos feirantes entrevistados.

A idade média dos agricultores familiares feirantes é de 49,62 anos, com uma idade mínima de 26 e máxima de 76 anos. Em relação ao tempo como feirante, dos 13 agricultores familiares entrevistados 7 participam desde a fundação da feira em 2015, e 3 se tornaram feirantes dois anos depois. Esse vínculo de agricultores e agricultoras que estão desde o início da FLC-DP, ou há um longo período, também foi evidenciado por Maidana et al. (2025) em seu estudo.

As unidades familiares de produção dos participantes do estudo estão distribuídas pelo território do município de Dom Pedrito, nas localidades de Periurbanos, Santa Maria Chico, Upacaraí, Lagoa do Forno, Ponche Verde, Torquato Severo, Rincão do Barreto e Parada Freitas, o que demonstra a representatividade territorial da agricultura familiar pelo município. Em relação ao percurso entre a unidade até o centro urbano, as distâncias variam de 1 km (Periurbanos) a 55 km (Torquato Severo), ficando em média 19,7 km de distância entre a unidade familiar de produção e a sede de Dom Pedrito, onde ocorre a FLC-DP.

No que tange à área ocupada pelos agricultores familiares feirantes que participam da FLC-DP, essa varia entre 0,25 e 35 hectares. Em média, as unidades familiares de produção ocupam 6,87 hectares. Sobre as práticas de manejo, os entrevistados mencionam que utilizam insumos externos ou sintéticos, principalmente na forma de fertilizantes. No entanto, descrevem não utilizar mais que 10% em média em todas as etapas produtivas, podendo ser percebido uma transição agroecológica.

Sobre os canais de comercialização acessados pelos agricultores familiares participantes da FLC-DP, foi possível verificar o acesso a outras feiras, mercados, domicílios, mercados institucionais (políticas públicas), lojas próprias, vendas on-line e em municípios vizinhos. A Tabela 1, apresenta os dados coletados detalhadamente:

Tabela 1 - Perfil dos agricultores(as) familiares feirantes da FLC-DP

Gênero do participante	Idade (anos)	Tempo de feira (anos)	Localização da unidade	Área (hectares)	Outros canais de comercialização
Masculino	74	10	Santa Maria Chico	1	Outras feiras; Mercados Institucionais
Masculino	44	10	Periurbano	1	Varejo; Domicílios
Masculino	67	10	Periurbano	1	Loja Própria
Masculino	42	10	Upacaraí	30	Varejo
Feminino	29	10	Lagoa do Forno	3	Municípios vizinhos
Feminino	52	10	Upacaraí	0,25	Mercados Institucionais
Feminino	51	10	Ponche Verde	2	Outras feiras
Masculino	76	8	Torquato Severo	35	Outras feiras; Varejo; Loja Própria;*On-line*
Feminino	34	8	Periurbano	3	Outras feiras; Domicílios
Feminino	60	8	Rincão do Barreto	10	Varejo
Masculino	26	7	Upacaraí	1	Outras feiras; Mercados Institucionais
Feminino	50	5	Ponche Verde	1	Outras feiras
Feminino	40	1	Parada Freitas	1	Domicílios*; On-line*

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Além disso, do total de entrevistados 53,85% completaram, em 2025, 10 anos de feira. O restante, 23,08%, são feirantes na FLC-DP desde 2017 e o mesmo percentual, de 23,08%, entrou na feira mais recentemente.

Há uma diversidade de produtos comercializados por agricultores e agricultoras familiares feirantes da FLC-DP, seja in natura ou minimamente processados, entre os quais os clientes podem optar por levar a sua casa ou consumir no local da feira. Os principais produtos comercializados são na FLC-DP são: verduras, frutas, panificados, doces, laticínios, ovos, artesanato, queijos, azeite de oliva, mel, vinhos, flores e sucos, como pode ser observado na Figura 1:

Figura 1 - Nuvem de produtos disponibiliados na FLC-DP





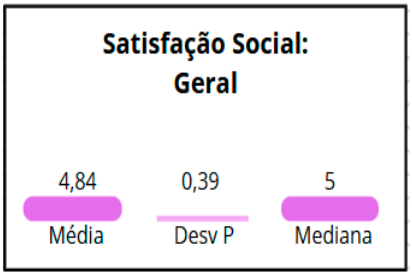
PERCEPÇÕES FINANCEIRAS, SOCIAIS E DE QUALIDADE DE VIDA

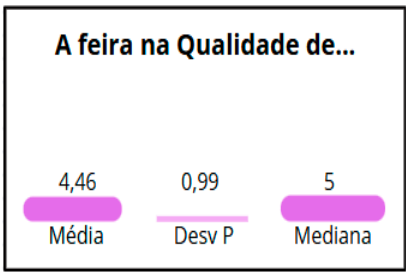
Os impactos da FLC-DP em agricultores e agricultoras familiares feirantes foram observados a partir de questionamentos sobre a satisfação financeira e social que o espaço proporciona.

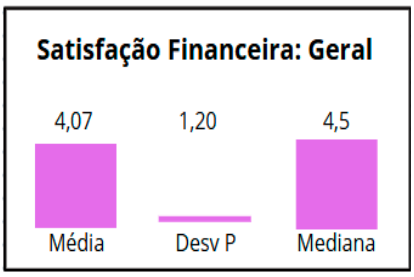
A feira é uma importante fonte de recursos financeiros para os entrevistados da FLC-DP. Nesse sentido, 86,1% dos agricultores e agricultoras familiares se sentem satisfeitos com a questão de geração de renda proporcionada pelas atividades na feira. Já no que tange à satisfação social proporcionada pela feira, cabe destacar que 95,4% dos entrevistados(as) se sentem satisfeitos com o reconhecimento social resultantes de seu trabalho. Fatores como a sociabilidade e a qualidade de vida que a feira proporciona são percebidos como aspectos importantes para agricultores e agricultoras, dos quais 84,6% se sentem satisfeitos em relação à qualidade de vida obtida através de seu trabalho na feira. A satisfação social que uma feira como a FLC- DP proporciona é o resultado mais encontrado em pesquisas sobre o tema.

Para essa avaliação a relação de perguntas aos entrevistados levaram em conta a Escala Lickert de 1 a 5, sendo :

1 – não é importante;
2 – às vezes importante;
3 – moderado;
4 – importante; e
5 – muito importante.







Considerações

A Emater/RS-Ascar, além dos estágios iniciais das feiras no RS, como a FLC-DP, ainda atua no suporte operacional, planejando ações e incentivando a a participação dos feirantes em políticas públicas, como PNAE e PAA.

Contudo, percebe-se a necessidade de maiores estudos sobre o tema, principalmente sobre outras metodologias e epistemologias do conhecimento, visando uma melhor compreensão sobre o universo das feiras e, principalmente, sobre a FLC-DP, diante de sua importância como um espaço de geração de renda, oportunidade e reconhecimento social aos agricultores e agricultoras familiares feirantes.

Cristiano de Vargas Oliva - Extensionista Rural da UCL de Bagé - Mestre em Administração.
Fernanda Cardona Pohl - Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Dom Pedrito, Eng. Agrônoma.
Laura da Rocha Chaves Barcellos - Extensionista Rural Social da Emater/RS-Ascar de Dom Pedrito.
Paulo César Savi - Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Dom Pedrito - Administrador.
Walney Lucas Moreira - Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Dom Pedrito - Eng. Agronomo

ASFELI-DP. **Estatuto Social da Associação da Feira Livre de Dom Pedrito**. Dom Pedrito, RS: Associação da Feira Livre de Dom Pedrito, 2020.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS. In: **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017. p. 195-218.

DOM PEDRITO (RS). Decreto Municipal nº 265, de 18 de dezembro de 2015.

DOM PEDRITO (RS). Decreto Municipal nº 510, de 15 de janeiro de 2025.

LIKERT, R. Technique for the measurement of atitudes. **Archives of Psycology**, [S. l.], v. 22, n. 140, p. 5-55, 1932.

MAIDANA, B. S. D. et al. Gerenciamento de informações e tomada de decisão na agricultura familiar: um olhar a partir dos agricultores vinculados à Feira Livre de Dom Pedrito-RS. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.18, n. 1, p. 01-21, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.18n.1-441. Acesso em: 26 jan. 2026.

ENFRENTAMENTO DA POBREZA RURAL POR MEIO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Bruna Bresolin
Teresinha Ana Berwian
Vilmar Wruch Leitzke



Esta sistematização apresenta a trajetória de uma família de Almirante Tamandaré do Sul que, por muitos anos, foi beneficiária do Programa Bolsa Família, em função da baixa renda e da limitada inserção produtiva. A família enfrentava dificuldades econômicas, dependência de políticas de transferência de renda e restrições quanto à geração de trabalho e renda no meio rural. O valor recebido pela Dona Vera Lúcia Santos da Silva, através do auxílio, não era suficiente para sustentar as despesas da casa. Depois de muito pensar sobre o que fazer para aumentar a renda, Dona Vera, que sempre gostou da cozinhar, teve a ideia de fazer salgados para a filha vender na empresa em que trabalhava. A filha aceitou, e logo a fabricação e a venda dos salgados viraram rotina.

Ao mesmo tempo, a família era acompanhada pelos extensionistas do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar De Tamandaré do Sul, que assessorava a família no acesso a direitos sociais e políticas públicas, na horta, no pomar doméstico, nas criações de animais, entre outros temas. A partir desse acompanhamento continuado, a extensionista rural social Teresinha Ana Berwian, com o apoio do Assistente Técnico Regional da região de Passo Fundo, Vilmar Wruch Leitzke, começou a falar para a Dona Vera sobre agroindústria familiar: o que era o Programa Estadual de Agroindústria Familiar, quais os benefícios, quais os investimentos necessários, quais as capacitações, e todo o passo a passo para acessá-lo. A partir da manifestação de interesse da família, a equipe e a família iniciaram um processo de planejamento produtivo, organização da propriedade e valorização dos saberes.

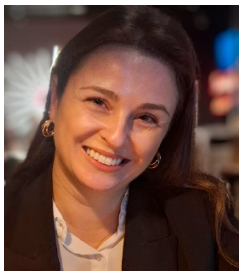
A ação institucional teve papel fundamental na identificação de potencialidades da família, especialmente na produção de farináceos artesanais, atividade já desenvolvida de forma incipiente para autoconsumo e pequenas vendas informais, baseada em saberes tradicionais familiares. Com o apoio técnico, a família avançou na adequação sanitária, na melhoria dos processos produtivos, na organização da gestão e na

construção de uma agroindústria, atendendo às exigências legais e ampliando a escala e a qualidade da produção. Esse processo foi realizado de forma gradual, respeitando o ritmo da família e promovendo sua autonomia.

Como resultado, observam-se aquisições socioassistenciais relevantes, expressas no aumento significativo da renda familiar, na diversificação das fontes de ingresso econômico e na melhoria das condições de vida. Essas aquisições refletem o fortalecimento da autonomia econômica, da segurança de renda e da capacidade protetiva da família, possibilitando investimentos na propriedade, melhoria das condições de moradia e o fortalecimento da autoestima e do protagonismo dos seus membros. Em decorrência desse novo patamar de renda, a família deixou de se enquadrar nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, cessando o recebimento do benefício por não mais apresentar necessidade de transferência de renda, evidenciando um processo de ampliação da autonomia e redução das vulnerabilidades socioeconômicas.

Hoje toda a família está envolvida na atividade de agroindustrialização e já ampliou a área física para processar, além dos farináceos, vegetais minimamente processados, como mandioca. Os produtos são vendidos para o mercado institucional (PAA e PNAE), em feiras e através de encomendas por feitas pelo Whatsapp.

A experiência evidencia a importância da assistência técnica e extensão rural e social planejada, continuada e permanente como instrumento de inclusão social e produtiva, superação da pobreza e promoção do desenvolvimento rural sustentável. A construção da agroindústria familiar não apenas contribuiu para a geração de renda, mas também para a permanência da família no meio rural, com dignidade, autonomia e melhoria da qualidade de vida. ■



Bruna Bresolin
Extensionista Rural do Escritório Central da Emater/RS-Ascar,
Engenheira de Alimentos,
Doutora em Agronegócios



Teresinha Ana Berwian
Extensionista Rural da Emater/RS-Ascar de Almirante Tamandaré do Sul
Licenciada Plena em Ciências,
Pós-graduada em Educação Ambiental.



Vilmar Wruch Leitzke
Extensionista Rural do Escritório Regional da Emater/RS-Ascar de Passo Fundo,
Engenheiro Agrônomo,
Mestre em Ciências



EVENTOS

CURSO DE (DES)ENVOLVIMENTO PARA MULHERES RURAIS
Módulo I
03 e 04 de Março em Montenegro - CETAM
Regionais: PORTO ALEGRE e LAJEADO

ENCONTRO INTERMUNICIPAL DE MULHERES
06 de Março em Segredo
Regional: SOLEDADE

XXII ENCONTRO DIA DA MULHER
07 de Março em Severiano de Almeida
Regional: ERECHIM

20° ENCONTRO INTERMUNICIPAL DE MULHERES
07 de Março - em Vista Alegre
Regional: FREDERICO WESTPHALEN

ENCONTRO REGIONAL DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER
07 de Março em Dom Feliciano
Regional: PORTO ALEGRE

DIA INTERNACIONAL DA MULHER
08 de Março - em Ilópolis
Regional: LAJEADO

12° ENCONTRO MUNICIPAL DE MULHERES
11 de Março - em Morro Redondo
Regional: PELOTAS

20° ENCONTRO INTERMUNICIPAL DE MULHERES
20 de Março - em Coronel Barros
Regional: IJUÍ

ENCONTRO REGIONAL DE MULHERES
20 de Março em Porto Vera Cruz
Regional: Santa Rosa

ENCONTRO MUNICIPAL DE MULHERES
26 de Março - em Ciríaco
Regional: Passo Fundo

13º ENCONTRO MUNICIPAL DE MULHERES DE CACEQUI
27 de Março - em Cacequi
Regional: Santa Maria

ABERTURA DA COLHEITA DA OLIVA
17 de Abril em Triunfo
Regional: PORTO ALEGRE

MOSTRA DA TERNEIRA JERSEY E HOLANDESA
10 a 12 de Abril em Rio Grande
Regional: PELOTAS

ENCONTRO UTURISMO RURAL EM REDE
14 de Abril em Igrejinha
Regional: PORTO ALEGRE

ENCONTRO MICRORREGIONAL DE MULHERES
25 de Abril em Bento Gonçalves
Regional: CAXIAS DO SUL

11º SEMINÁRIO REGIONAL DE BOVINOCULTURA DE LEITE
29 de Abril em Palmeira das Missões
Regional: FREDERICO WSTPHALEN

FEIRAS

EXPOAGRO COTRICAMPO
25 a 28 de Fevereiro em Campo Novo

EXPODIRETO COTRIJAL
9 a 13 de Março em Não-Me-Toque

EXPOAGRO AFUBRA
24 a 27 de Março em Rio Pardo

EXPOSOL
29 de Abril a 03 de Maio em Soledade

Para informações sobre os eventos e feiras
acesse o QR-CODE ao lado

NOVOS PROGRAMAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

R$ 480 MILHÕES

(2025-2026)

Programa
Operação Terra Forte
R$ 300 milhões

Programa
Milho 100%
R$ 180 milhões



PLANO RIO GRANDE
Todos nós por todos nós.

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
O futuro nos une